3 ATLANTICO

3.1. Institucional

3.2. O melhor banco para trabalhar

3.3. Líder na transformação digital

3.4. Modelo de negócio industrializado

3.5. Ecossistema de parcerias

3.6. ESG (*Environmental, Social and Governance*)

3.7. Cultura de gestão do risco

3.8. Resiliência financeira

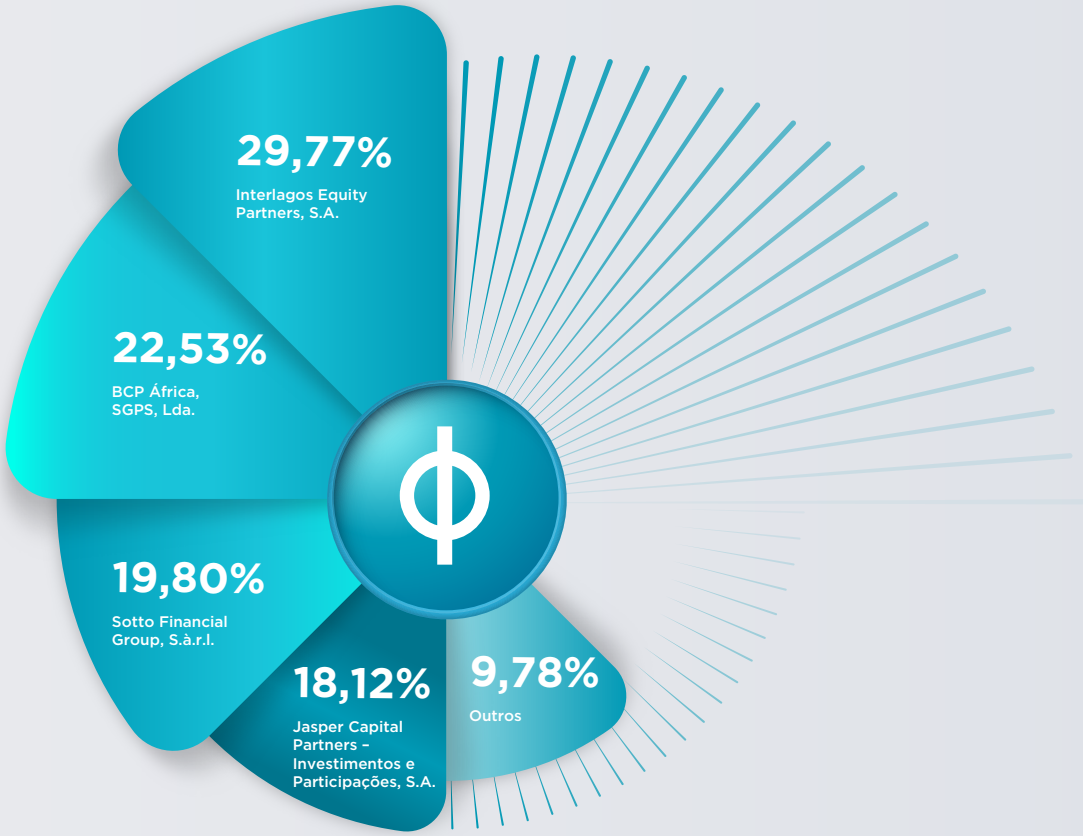
3.1. Institucional

O ATLANTICO foi constituído em 31 de Agosto de 2006, tendo iniciado a sua actividade em Novembro do mesmo ano, enquanto instituição bancária de direito angolano regulada pelo Banco Nacional de Angola. Em 3 de Maio de 2016, o Banco Millennium Angola foi incorporado no ATLANTICO, como resultado de um processo de fusão. Esta operação permitiu a integração das operações de ambas as instituições bancárias, que somavam mais de 20 anos de experiência e que actuavam enquanto parceiras desde 2008, fruto do cruzamento de participações entre os dois bancos. Como resultado do processo de fusão, o ATLANTICO vincou o seu cariz universal e reforçou o seu posicionamento no mercado bancário angolano, passando a integrar o top 5 dos maiores bancos, assumindo-se como um dos principais bancos privados no financiamento às Empresas e Famílias angolanas, líder na inovação digital e focado na inclusão financeira, na criação de um ecossistema de parcerias com contrapartes internacionais e na promoção de um ambiente de negócios mais sustentável.

Líder na **inovação digital** e focado na **inclusão financeira**, na criação de um **ecossistema de parcerias** com contrapartes internacionais e na promoção de um **ambiente de negócios mais sustentável**.

Estrutura Accionista

O Banco Millennium Atlântico, S.A. é detido maioritariamente por Accionistas privados angolanos. Em 31 de Dezembro de 2021, o ATLANTICO apresentava a seguinte estrutura accionista:



3.2. O melhor banco para trabalhar

Enquadramento

A aposta no desenvolvimento das Pessoas, o maior activo do Banco, é um pilar fundacional do ATLANTICO. Na visão estratégica para 2024 este pilar sairá reforçado pela ambição do ATLANTICO em ser o banco que melhor potencia o seu Talento e, por isso, ser o melhor banco para se trabalhar em Angola. Um conjunto de Talentos bem potenciados e motivados será garantia de entregas com maior valor, um dos factores críticos de sucesso para o ATLANTICO, tornando-o também no melhor banco com o qual se quer trabalhar, na óptica dos Clientes. Assim, a satisfação do Talento e dos Clientes serão os indicadores-chave para medir o sucesso da *performance* do ATLANTICO, permanecendo as Pessoas como um incontornável factor de diferenciação, que eleva a qualidade do serviço, reforçando a ambição de ser uma Instituição de referência e que, através da sua actividade, transforma vidas e faz acontecer o futuro.

1 503
Talentos

100%
Retenção de Talentos com elevado potencial

37%
Talentos com progressão na carreira

+ 2,3 milhões
Clientes

4,5 (2017) *vs.* **0,5** (2021)
reclamações por cada mil Clientes

Uma organização que potencia o Talento

O melhor banco na experiência do Cliente

OS NOSSOS VALORES PARA A VIDA

DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS

"As Pessoas são o maior Activo do ATLANTICO"

As Pessoas são uma prioridade para o ATLANTICO, quem materializa a nossa cultura e a entrega do nosso compromisso para com o Ecossistema ATLANTICO, gerando "Atitude com Valor" com as suas competências. O ATLANTICO transforma as suas vidas, comprometendo-as enquanto agentes do desenvolvimento de Pessoas no Ecossistema ATLANTICO.

FOCO NO CLIENTE

"Pensar, viver e sentir Cliente"

Antecipar, compreender e satisfazer as verdadeiras necessidades dos Clientes, acrescentando valor e sendo um Parceiro na concretização dos seus sonhos e projectos de vida.

INOVAÇÃO

"Pensar diferente, simples e digital, antecipando o futuro"

A inquietude constante, a ousadia para ir mais além, a ambição de antecipar o futuro, que nos leva a ser pioneiros na criação de soluções disruptivas para melhorar a experiência do Cliente, simplificando-a.

AGILIDADE

"Sintonia de competências na entrega de valor"

A agilidade, no ATLANTICO, representa uma forma própria de estar e de pensar, desprendida de *status quo*; uma constante disponibilidade e flexibilidade para trabalhar, de forma multidisciplinar, com novas variáveis e metodologias, colaborando na criação de soluções para as equações dos Clientes.

EFICIÊNCIA E RIGOR

"Com responsabilidade, criamos mais valor"

Capacidade de concretizar os objectivos dentro dos prazos estabelecidos, com a máxima qualidade, optimizando os recursos disponíveis e assegurando o cumprimento criterioso da legislação, normas e procedimentos.

O melhor banco para trabalhar

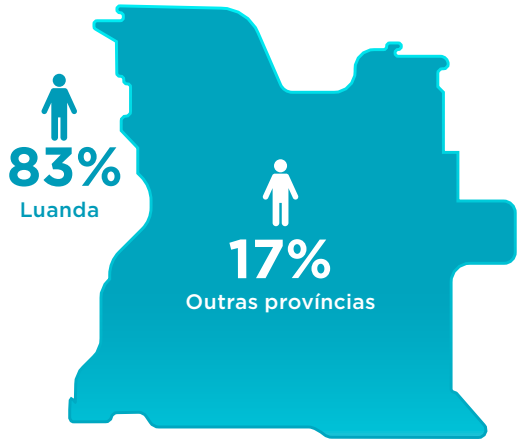
Com a missão de ser o melhor banco para trabalhar, em 2021 o ATLANTICO continuou a investir na formação e no reconhecimento das suas equipas, tendo atingido uma importante meta ao nível da retenção de Talentos com elevado potencial.

12 353 Horas de formação

228 Talentos com elevado potencial

100% Retenção de Talentos com elevado potencial

DISPERSÃO GEOGRÁFICA



ENTREGA DE TROFÉUS DE 10 ANOS

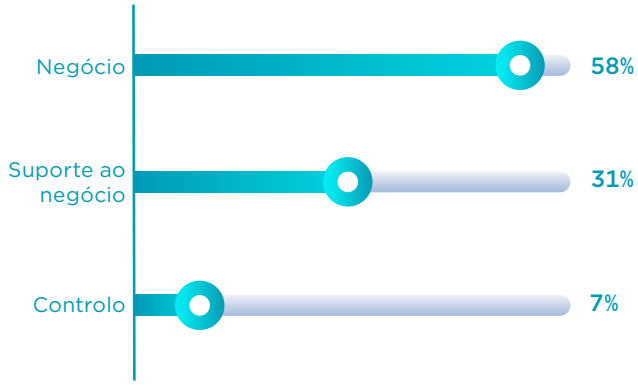
Compromisso com as Pessoas

A forma como o Banco organiza as suas equipas é crucial para alcançar os objectivos pretendidos. No final de 2021, o Banco contava com **1 503 Talentos** distribuídos pelas 18 províncias de Angola.

Relativamente à dispersão geográfica, 83% estão distribuídos por Luanda e 17% localizados nos pontos de atendimento fora de Luanda, garantindo a missão do ATLANTICO.

Quanto à distribuição dos Talentos, as áreas de Negócio continuam com maior dimensão, face às áreas de Suporte e Controlo.

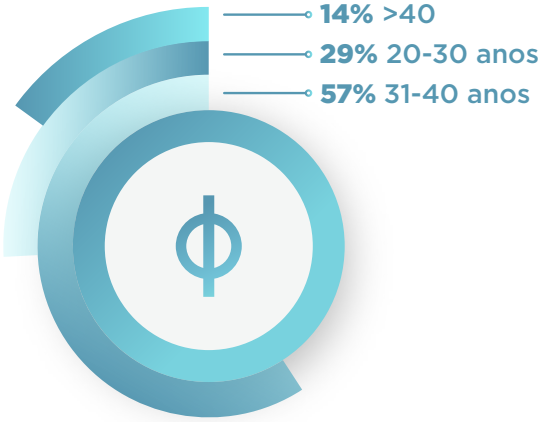
ÁREAS



ENTREGA DE CERTIFICADOS DO TORNEIO DE XADREZ

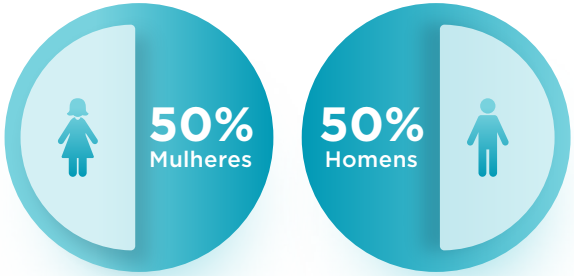
A Equipa é jovem, equilibrada em género e, essencialmente, composta por Colaboradores de nacionalidade angolana, dos quais 84% pertencem à geração Y. A Equipa ATLANTICO caracteriza-se assim, pelo forte sentido de Missão, Inquietude, Inovação e Abertura ao Mundo Digital.

FAIXA ETÁRIA

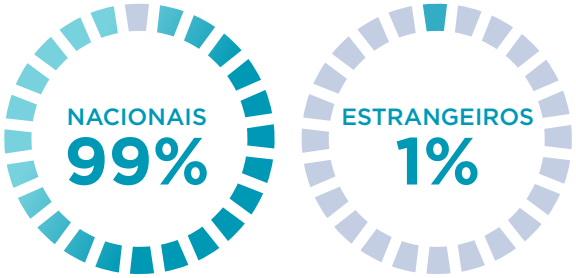


MÉDIA DE IDADES

GÉNERO



NACIONALIDADES



Atrair Talento

Em 2021, foi lançada a terceira edição do Programa de Estágio ATLANTICO, que deu a oportunidade a oito estudantes recém-licenciados provenientes de universidades de referência a nível nacional e internacional. Por um período de quatro meses, os estagiários conheceram e percorreram diversas Equipas ATLANTICO, interligando conhecimento teórico com a experiência em contexto laboral.

RECRUTAMENTO EM 2021

13 675 Candidaturas recepcionadas

100% Candidaturas recepcionadas via *website*

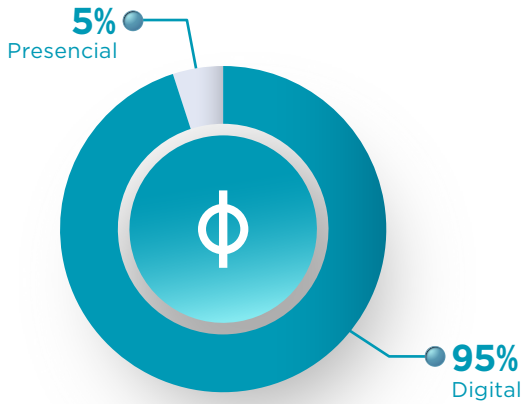
21 Novas admissões

Uma equipa com forte sentido de **Missão, Inquietude, Inovação e Abertura ao Mundo Digital.**

Compromisso com o conhecimento

O ano 2021 ficou marcado pela contínua aposta na transformação das competências internas, reforço dos valores e cultura ATLANTICO através da formação digital e presencial, que se refletirá nos resultados diários ao nível de Entrega com Valor.

TIPOLOGIA DA FORMAÇÃO



INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO

12 353 Horas

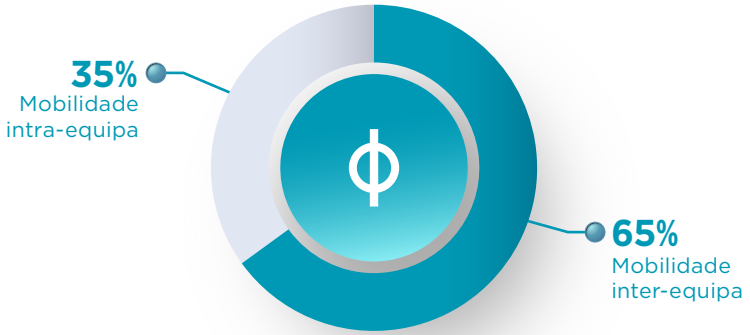
1 101 Talentos

Compromisso com o futuro

Numa cultura pautada pela meritocracia, o ATLANTICO promoveu em 2021 a progressão na carreira de 662 Talentos, proporcionando oportunidades de desenvolvimento de carreira multidireccionais, partilha de conhecimento, vivências, diversidade cultural e a criação de sinergias.

Fruto da transformação estrutural do Banco, 92% dos Talentos estiveram envolvidos em processos de mobilidade, apresentando resultados positivos na dinâmica do Banco.

TIPOLOGIA DAS MOBILIDADES



Compromisso com as famílias ATLANTICO

Com um forte sentido de responsabilidade para com os Talentos, em 2021 o ATLANTICO dinamizou um conjunto de actividades que proporcionaram maior qualidade de vida, equilíbrio e bem-estar. Destacam-se participações em Torneios de Xadrez por via digital e actividades relacionadas com os dias mundiais da Saúde, da Produtividade, da Visão e do Coração.

3.3. Líder na transformação digital

O foco do ATLANTICO no desenvolvimento de soluções inovadoras e digitais, e na utilização de informação, permitiu melhorar significativamente a experiência dos Clientes.

O ano 2021 foi marcado por necessidades regulamentares, pelo reforço das metodologias de prevenção de fraudes, com especial foco nos processos de segurança inerentes aos sistemas de pagamento, e pela aposta na inovação como acelerador da inclusão financeira.

Neste âmbito, destaca-se a desmaterialização do PIN do cartão Multicaixa, não só simplificando a jornada do Cliente como também desvinculando a necessidade de entrega de carta física com o PIN associado, e a implementação do *cardprotector*, garantindo aos Clientes uma segurança adicional na gestão do seu cartão físico, com a possibilidade de configuração de limites diários, bem como o seu bloqueio/desbloqueio.

No que concerne à segurança na rede de balcões, o foco passou por aprimorar a atribuição de cartões Multicaixa, dotando esta jornada de requisitos e verificações precedentes à sua activação.

Na óptica dos comerciantes com conta no ATLANTICO, é de referir a possibilidade de subscreverem e promoverem levantamentos (*cash in*) através da utilização de cartões Multicaixa e terminais de pagamento automático (TPA).

Por outro lado, o Banco tem apostado no desenvolvimento de processos com recurso à tecnologia RPA (*Robotic Process Automation*), onde se destaca o mecanismo automatizado de confirmações de operações interbancárias SPTR (Subsistema de Pagamentos em Tempo Real) e OPE (Ordem de Pagamento sobre o Estrangeiro) recebidas, que permitiu melhorar os respectivos SLA (*Service Level Agreement*) de confirmação, bem como promover a sua operativa digital, focando as equipas operacionais em processos de maior carácter analítico.

O ATLANTICO consolidou a aposta na banca simplificada, com operações de levantamentos e depósitos na sua rede de agentes e a funcionalidade de abertura de conta inclusão com qualquer tipologia de telemóvel.

A conceptualização de novos mecanismos de segurança afectos aos canais Internet e Mobile Banking tem sido igualmente a prioridade, conciliando uma experiência mais fluída e transparente no domínio da utilização de transferências e pagamentos, nos quais foram incluídos fortes mecanismos de autenticação.

Na vertente de inovação, e como acelerador para a inclusão financeira, o ATLANTICO consolidou a sua aposta no segmento de banca simplificada, através da disponibilização de operações de levantamentos e depósitos (*cash in* e *cash out*) na sua rede de agentes bancários e da funcionalidade de abertura de conta inclusão em qualquer tipologia de telefone móvel, através da plataforma *400# Agiliza. Esta funcionalidade tem permitido dinamismo e autonomia ao utilizador para, de forma directa, abrir a sua conta inclusão e efectuar consultas, transferências, pagamentos e recargas.

A centralização e a consolidação de dados embebidos numa *Enterprise Data Warehouse* (EDW) tem sido um dos trabalhos desenvolvidos pelo ATLANTICO, através de uma equipa dedicada. O tratamento e a análise avançada de dados, que tem como objectivo alcançar o conhecimento constante dos Clientes e das suas necessidades potenciando a relação Cliente-Banco, é um dos pilares estratégicos do ATLANTICO, no qual a tecnologia desempenha um papel preponderante.

No âmbito do *Disruption Lab* (*Powered by ALANTICO*), durante o ano 2021, verificou-se um aumento do número de jornadas suportadas pela assistente digital iOLA, no site institucional do ATLANTICO, para melhor satisfazer as necessidades dos Clientes. Actualmente, a iOla está integrada com o canal Messenger do Facebook do Banco e apresenta um grau de autonomia de 81%.

Adicionalmente, e com foco na ambição de ser o melhor banco na experiência do Cliente, o *Disruption Lab* desenvolveu um conjunto de iniciativas na óptica da experiência do utilizador, com o objectivo de melhorar a experiência do Cliente nos seguintes processos:

Processo	Objectivo	Impacto
ATLANTICO Directo – ABC Digital	Reduzir o tempo e as etapas para abertura de conta digitalmente	Abertura de conta ágil e instantânea
ATLANTICO Directo – OPE	Inserção de ícones, teste às funcionalidade e identificação de *upgrades*	Jornada simplificada e apelativa
ATLANTICO Directo – Pagamentos	Repensar o circuito (identificar *bugs* e criar novos racionais)	Jornada simplificada e apelativa
Intranet (netPhi)	Identificação de pontos de dor, prototipar e sugerir novo interface	Melhoria na experiência do utilizador
Site institucional	Identificação de pontos de dor, prototipar e sugerir novo interface	Melhoria na experiência do utilizador

O Banco deu início ao primeiro programa de mentoria desenvolvido pelo *Disruption Lab* com o objectivo de apoiar os empreendedores na transformação das suas ideias em *Minimum Viable Products*.

Relativamente à STARMARKET, o Banco celebrou uma parceria estratégica com a DHL, que permitiu optimizar o processo actual de importação de bens por encomenda e disponibilizar o novo serviço de exportação de produtos nacionais, de forma ágil e económica. Desta forma, o ATLANTICO contribui para a promoção do nome de Angola além-fronteiras, com a entrega de produtos de produção nacional em mais de 20 países.

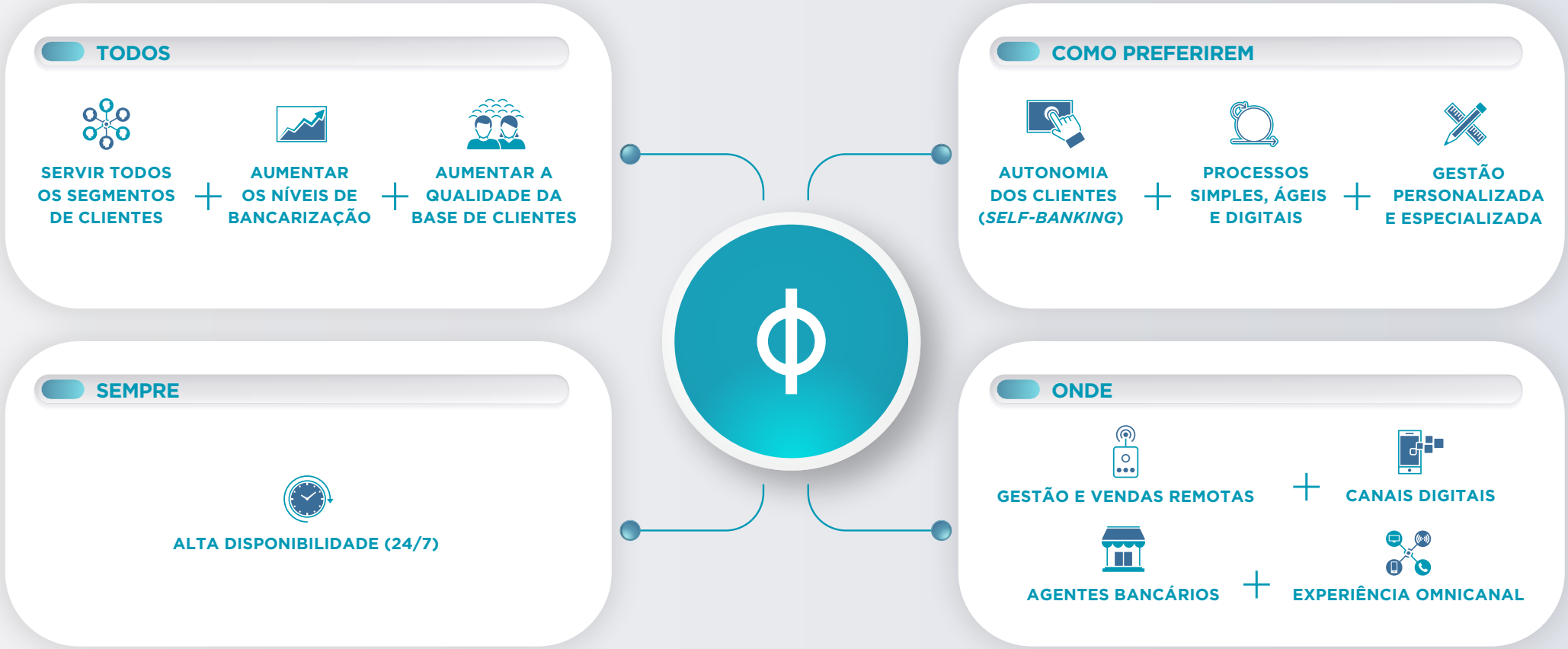
A utilização de espaços de trabalho compartilhados tem ganhado cada vez mais interesse por parte de *startups*, pequenas empresas e nómadas digitais, apesar das restrições resultantes das medidas de prevenção da Covid-19, que impossibilitam uma ocupação total. Neste sentido, o espaço de *co-working* albergou aproximadamente 24 *co-workers* com diversos negócios voltados para o *marketing* e *branding*, cuidados e preservação ambiental, imobiliário, seguros, franquias, entre outros.

Adicionalmente, o Banco deu início ao primeiro programa de mentoria desenvolvido pelo *Disruption Lab* que tem como objectivo apoiar durante seis meses os empreendedores na transformação das ideias em MVP (*Minimum Viable Product*), através de *bootcamps*, *workshops*, sessões de mentoria, sessões de *feedback* e cedência de espaços de trabalho com todos os benefícios incluídos para os seus participantes, contribuindo para o seu *networking* e proporcionando as condições de trabalho necessárias para o desenvolvimento dos seus projectos. Nesta primeira edição, de um total de sete projectos, três cumpriram os requisitos de permanência.

Com o objectivo de promover a interacção entre os profissionais, seniores e com experiência comprovada na sua área de trabalho e empreendedores com ideias de negócios por desenvolver, o Banco criou uma rede com mais de 30 mentores que têm estado, através do *Disruption Lab,* em colaboração com empreendedores, ao nível nacional e internacional.

3.4. Modelo de negócio industrializado

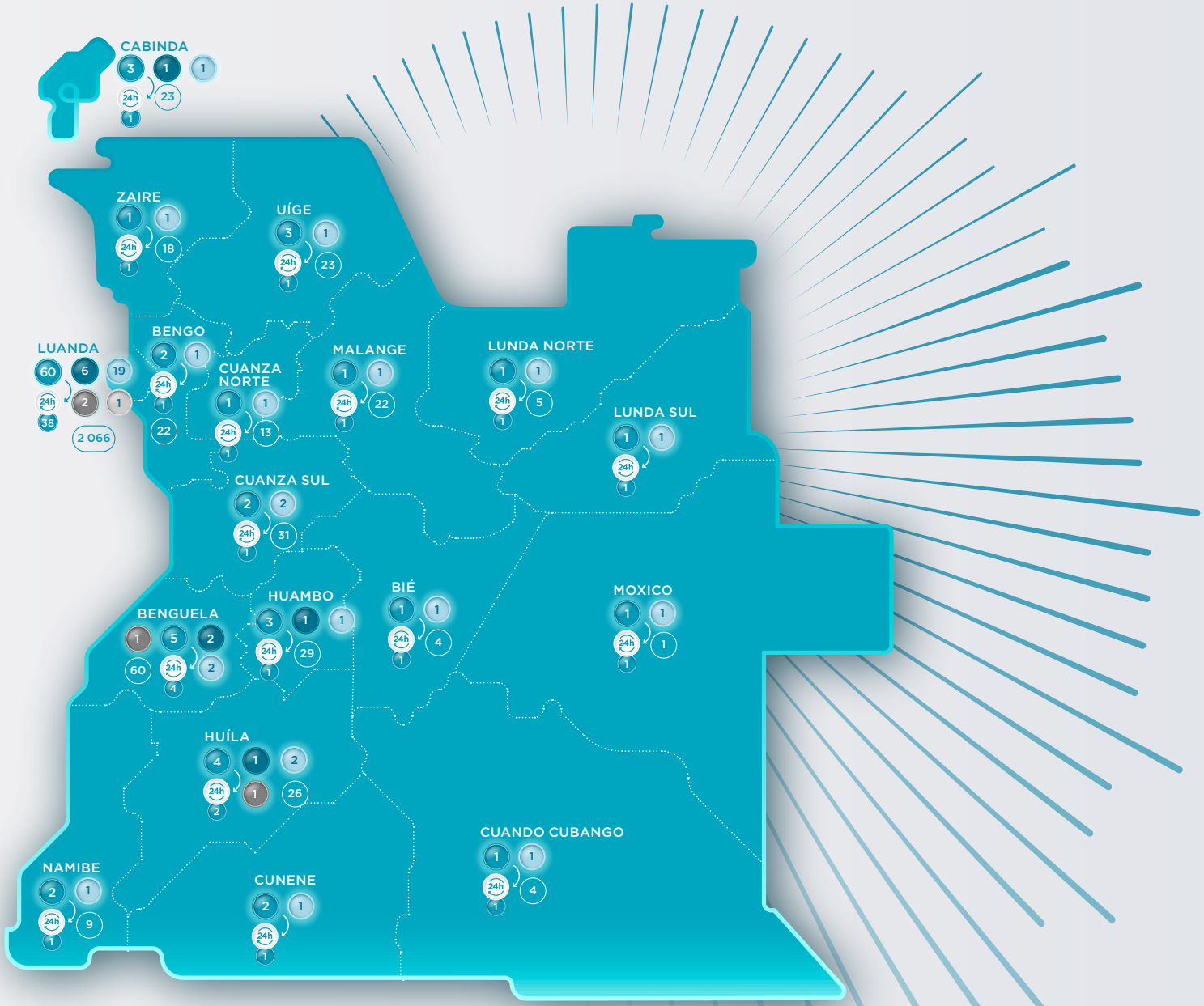
O ATLANTICO aposta num modelo de negócio industrializado para escalar a sua actividade e proporcionar aos seus Clientes a melhor experiência bancária em Angola. O seu modelo de negócio assenta nos seguintes princípios fundamentais, reforçados pelo actual contexto:



A industrialização operada na nossa máquina de retalho tem sido determinante para a consolidação do ATLANTICO enquanto banco universal e digital, permitindo alcançar com qualidade os seguintes marcos:

INICIATIVAS	MARCOS	31 DE DEZEMBRO DE 2021
***Onboarding* digital "5 em 1"** Experiência simples, ágil e digital para abertura de conta, atribuição de códigos multicaixa e de acesso aos canais digitais.	+ Clientes > actividade > satisfação	**2,3** milhões de Clientes **~900** Clientes activos **0,54** reclamações por cada **1 000** Clientes
ATLANTICO 24h Disponibilização de serviços bancários em *self-banking* e alta disponibilidade (ATM e máquinas de depósitos).	> cobertura + processos em *self-banking* + autonomia	**64%** das agências em 24/7 **40%** dos processos *core* em *self-banking* **78%** de depósitos em *self-banking*
***400# Agiliza** Plataforma digital escalável e rede de agentes bancários capilar, que providencia serviços financeiros.	+ Clientes digitais + pontos de atendimento + *onboarding mobile*	**32%** dos Clientes activos digitais **2 503** pontos de atendimento **+ 100** mil aberturas de conta *mobile*
Modelo de gestão e vendas remotas Gestão personalizada remota que permite servir em escala e com maior proximidade.	+ Clientes de gestão remota	**25** mil Clientes Prestige Digital
Modelo diferenciador para PME Abordagem e proposta de valor específicas e diferenciadas para as PME.	+ PME activas > Envolvimento	**17** mil PME activas **+ 14%** recursos PME
Digitalização de processos *core* Processos automatizados, *paperless* e em *self-banking*.	+ processos digitais	**62%** dos processos core
Bancassurance Oferta universal de seguros Fortaleza disponível nos canais bancários.	> volume de negócios *Bancassurance* + apólices de seguros	**2 384** milhões de kwanzas em prémios de seguros **227** mil apólices de seguros

3.4.1. Pontos de atendimento



2 356 Pontos de venda de agentes bancários

94 Agências Mass Market

24h 59 ATLANTICO 24 horas

11 Centros Prestige

1 Centro Private Banking

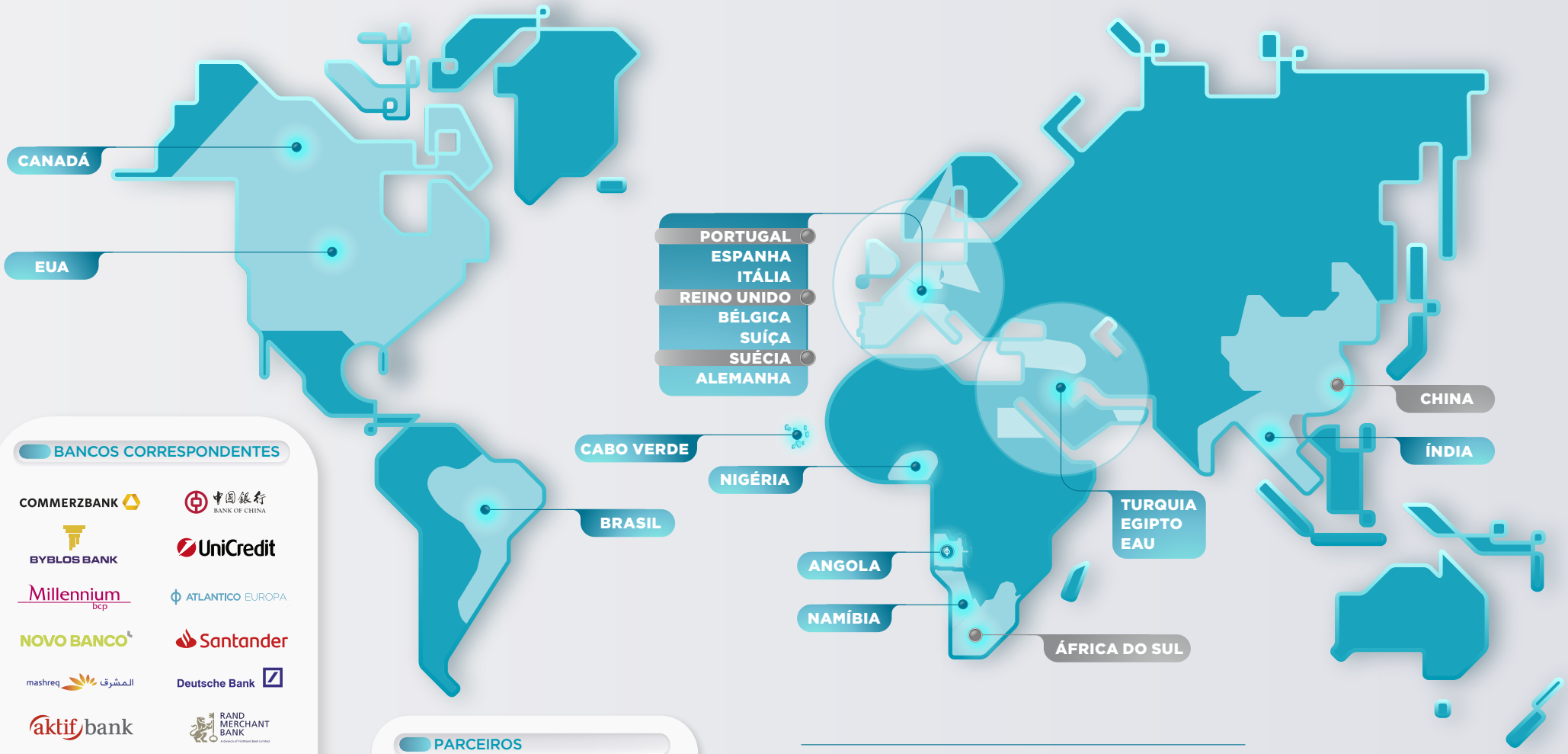
39 Centros PME

4 Centros Corporate

3.5. Ecossistema de parcerias

Cobertura mundial
das operações dos nossos Clientes

27 bancos correspondentes
em **4 continentes**



O ano 2021 foi marcado pela massificação da vacinação contra a Covid-19 e a recuperação da economia mundial, mesmo com a intensificação da pandemia. Diante destes factos, o ATLANTICO manteve a estratégia de alavancar o negócio internacional, através (i) da dinamização da relação com os seus correspondentes, para suprir as necessidades dos Clientes ao nível de pagamentos em moeda estrangeira, e (ii) da promoção do negócio de *trade finance*, onde afirmou o seu papel de líder na componente de exportação.

A rede de correspondência conta actualmente com 131 bancos, com a recente parceria de duas instituições bancárias, uma em Cabo Verde e outra no Reino Unido. O ATLANTICO transacciona directamente com 27 bancos que mantêm uma relação activa com o mercado angolano.

Relativamente à actividade de *trade finance*, o ano foi marcado por alterações regulamentares relativas aos procedimentos de importação e exportação de mercadoria, que determinaram a priorização da modalidade de pagamentos por via de transferências, retirando para o efeito os limites antes impostos, o que gerou pouco estímulo às operações documentárias (créditos e cobranças), antes privilegiadas no processo de importação. Nesta senda, o sistema angolano registou uma redução de 13% nas emissões de créditos documentários de importação e o ATLANTICO registou uma contracção na emissão de instrumentos de suporte às importações, com a quota de mercado na emissão de créditos documentários a situar-se em 5% em 2021.

O fomento à exportação foi um dos principais focos ao longo do ano, tendo sido possível realizar reuniões de acompanhamento da carteira de Clientes exportadores, identificar novos potenciais Clientes exportadores e, mediante a implementação da solução de desconto sobre o estrangeiro, suportada/garantida pelas operações documentárias, reforçar o suporte aos exportadores para fins de apoio à tesouraria e melhor satisfação das suas necessidades. Este posicionamento resultou numa quota de mercado de 35% em créditos documentários de exportação e na liderança ao nível das remessas documentárias de exportação, com uma quota de mercado superior a 99%.

Os pagamentos comerciais registaram um forte crescimento, sendo de assinalar as ordens de pagamento emitidas pelo Banco, que atingiram 2 404 milhões de Dólares, o que representa uma quota de mercado de 10% e um crescimento de 157% face ao período homólogo. Verificou-se, igualmente, um crescimento assinalável dos pagamentos recebidos, uma vez que os Clientes exportadores têm recebido os fundos preferencialmente junto do ATLANTICO. Assim, o montante recebido foi de 2,6 mil milhões de Dólares, o que permitiu atingir uma quota de mercado de 12%, um crescimento de 195% em comparação com o ano anterior.

TRADE FINANCE

5% Quota de mercado	Operações de importação
40% Quota de mercado	Operações de exportação
10% Quota de mercado	Pagamentos emitidos
12% Quota de mercado	Pagamentos recebidos

Dentre as soluções para o negócio de *trade finance*, a pensar na melhoria dos serviços disponibilizados aos Clientes, o ATLANTICO contou com a implementação da plataforma *Financial Trade Inovation* (FTI), que suporta a gestão integral dos instrumentos de *trade finance*, para melhor controlo do negócio.

Com a crescente evolução das exportações nos sectores não petrolíferos, o ATLANTICO mantém a aposta em servir esses sectores, como alavanca fundamental para o desenvolvimento económico do País, garantindo a diversificação dos destinos de exportação. Assim, o Banco continua a dinamizar um pacote de soluções a fim de suprir as principais necessidades e promover a actividade dos Clientes exportadores.

LINHAS DE FINANCIAMENTO

IFC International Finance Corporation WORLD BANK GROUP

50 milhões de dólares:
Linha de financiamento de longo prazo para projectos de investimento de PME exportadoras

50 milhões de dólares:
Facilidade para operações de *Trade Finance*

COMMERZBANK

30 milhões de euros:
Linha de financiamento com garantia de uma agência de crédito à exportação

AFRICAN GUARANTEE FUND

5 milhões de dólares:
Facilidade de garantia para cobertura de risco de crédito às PME

Além destas soluções, o Banco disponibiliza igualmente financiamento de curto prazo, mediante a subscrição de financiamentos à tesouraria, denominados descontos sobre o estrangeiro e abono sobre o estrangeiro.

De forma a potenciar o negócio multigeográfico, dinamizando as linhas de financiamento e o fomento ao investimento, o ATLANTICO, através das suas soluções de Investment Banking, posiciona-se como uma referência neste segmento de negócio, com um *track record* não só no apoio ao investimento internacional em Angola como no investimento angolano em mercados internacionais.

INVESTMENT BANKING: ÁREAS DE ACTUAÇÃO

CORPORATE FINANCE

Serviços de **assessoria em fusões e aquisições**, **avaliação de empresas**, definição de **estruturas óptimas de financiamento**, apoio na **identificação de parceiros de investimento**, entre outros.

ACTIVIDADE 2021

Exercício de assessoria financeira no processo de **valorização** de uma empresa *target* do sector das telecomunicações, indicando o *equity value* inerente à transacção.

Exercício de assessoria financeira no processo de **valorização** e **identificação de investidor** para uma empresa do sector cimenteiro em Angola enquadrada no processo de privatização no âmbito da participação estatal.

STRUCTURED FINANCE

Apoio na **estruturação de operações** de financiamento, constituição de sindicatos bancários e em processos de reestruturação financeira.

ACTIVIDADE 2021

Exercício de assessoria para **estruturação e levantamento de dívida** para *players* relevantes do mercado angolano, cujos projectos se enquadram em diversos sectores de actividade industrial, agrícola e serviços (produção e transformação de café, cacau, óleo de palma, cerveja, produção de enchidos, produção de utensílios derivados de plásticos e telecomunicações).

CAPITAL MARKETS

Soluções e produtos que se identificam como **mecanismos alternativos de financiamento**, através de assessoria na estruturação e colocação de dívida corporativa de curto, médio e longo prazo em mercados regulamentados e assessoria e intermediação financeira no processo de colocação de ofertas públicas iniciais.

ACTIVIDADE 2021

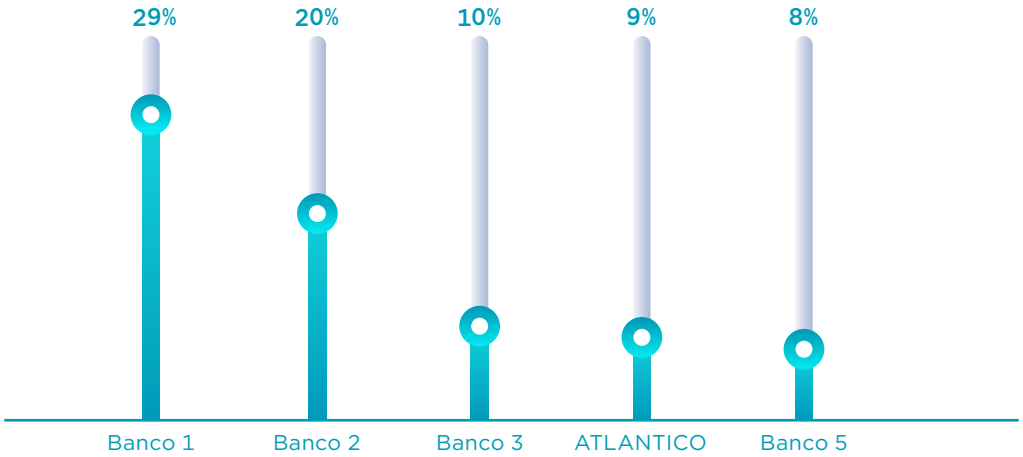
Liderança de um **consórcio internacional multidisciplinar**, constituído por um banco de investimento internacional de renome, para apoiar o Estado no **processo de privatizações** e assessorar os investidores privados, nacionais e internacionais, na aquisição de activos e empresas colocadas pelo Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE) para alienação, destacando-se o exercício de intermediação financeira para a primeira fase da privatização da ENSA - Seguros de Angola, S.A.

Relativamente a área de Mercado de Capitais, ao nível da componente de Intermediação de Valores Mobiliários (sala de mercados), o ATLANTICO posicionou-se no *ranking* dos mercados BODIVA como o quarto maior intermediário em montante negociado – mais de 134 mil milhões de kwanzas –, tendo registado uma quota de 9%. Num universo de mais de um bilião de kwanzas transaccionados durante o ano, por ordem de variados clientes institucionais e não institucionais, manter-se no top 5 dos maiores negociadores é um claro sinal do forte dinamismo das negociações desenvolvidas pelo ATLANTICO.

O serviço prestado por equipas ATLANTICO especializadas de negociação e pós-negociação, dedicadas aos investidores, continua a impulsionar a literacia financeira, a informação estatística e o suporte para a tomada de decisão de investimento nos mercados regulamentados em Angola

No ano em análise, o ATLANTICO destacou-se também por consolidar o seu posicionamento como terceiro maior banco no número de contas de custódia de registo individualizado, com 7% de quota de mercado e mais de 250 mil milhões de kwanzas em valores custodiados, segmentados por investidores Particulares e Empresas.

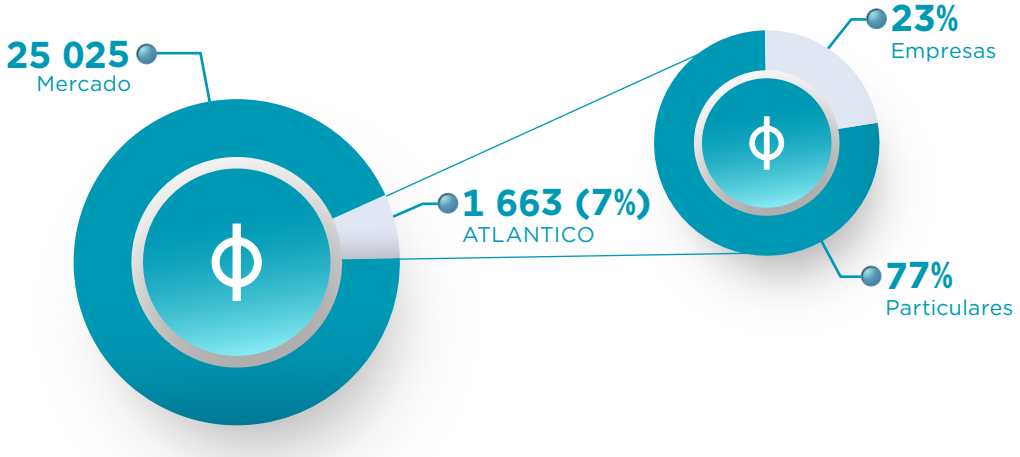
TOP 5 DOS INTERMEDIÁRIOS BODIVA



Fonte: Relatório Mensal BODIVA 2021

O ATLANTICO é o quarto maior intermediário de valores mobiliários, em montante negociado, nos mercados BODIVA – mais de Kz 134 mil milhões.

CONTAS DE CUSTÓDIA



Fonte: Relatório Mensal BODIVA 2021

No serviço de banco depositário, o ATLANTICO tem sob a sua custódia cinco organismos de investimento colectivo, sendo um fundo aberto e quatro fundos fechados, com um montante total custodiado de 301 mil milhões de kwanzas. Agrega também sob custódia um Fundo de Pensões.

O ATLANTICO tem como objectivo aumentar o envolvimento de Clientes neste mercado, pelo que mantém a divulgação e a promoção do serviço de custódia e de banco depositário pelos meios de comunicação usuais, garantindo visibilidade, informação e oportunidade para diversificação do *portfolio*.

3.6. ESG (*Environmental, Social and Governance*)

3.6.1. Sustentabilidade ambiental

O Banco acredita que um desempenho ambiental de excelência representa um factor de distinção e condição fundamental para o desenvolvimento sustentável.

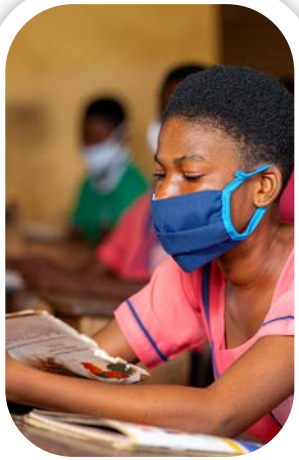
Neste sentido, tem trabalhado continuamente na implementação da política de Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS), para prestar o devido apoio aos projectos de sustentabilidade, equilíbrio ambiental e impacto social, assim como contribuir para a prevenção de acidentes de percurso que poderão influenciar negativamente a materialização de projectos, mantendo o padrão socioambiental internacional (Princípios do Equador).

O compromisso com a sustentabilidade, alicerçado na transformação digital e numa cultura de eficiência, tem permitido atingir importantes marcos na optimização de consumos, resultando em significativos ganhos económicos, de sustentabilidade e produtividade.

3.6.2. Transformação Social

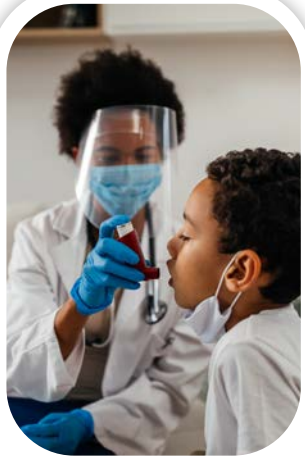
A Transformação social é um pilar fundacional do ATLANTICO, estando no seu ADN a partilha dos resultados da sua actividade com as Comunidades em que se insere, deixando uma marca relevante na Sociedade. Os Fundadores criaram uma Instituição assente na criação de Valores para a Vida. Uma Instituição geradora de valores para os seus Clientes, Accionistas, Pessoas e, acima de tudo, para as Comunidades.

ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO ATLANTICO



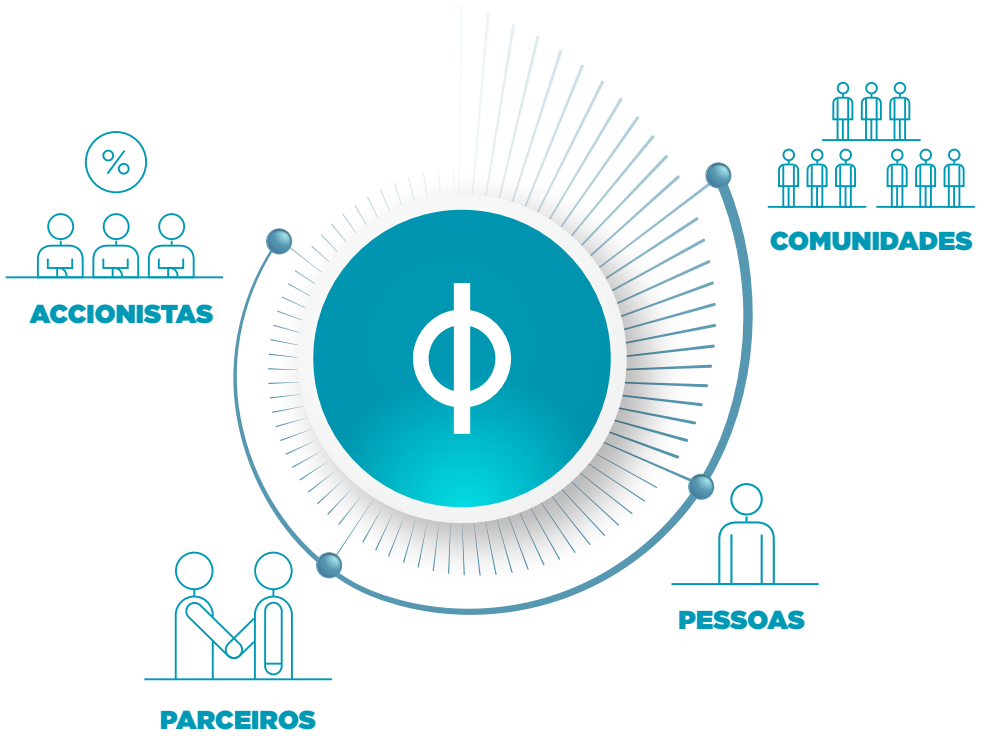
CONHECIMENTO

EMPREENDEDORISMO



SAÚDE E BEM-ESTAR

ECOSSISTEMA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO ATLANTICO



IMPACTO DO ECOSSISTEMA NAS COMUNIDADES

+ 6 mil
Vidas impactadas

+ 1 000
Agentes de Transformação social

+ 200 mil
horas investidas nas Comunidades

Devido à pandemia, o Programa de Voluntariado "Partilhamos Valores para a Vida" continua com uma dinâmica diferenciada, no sentido de garantir o cumprimento das regras de segurança estipuladas. Ainda assim, em 2021, foram dedicadas mais de duas mil horas ao investimento social, com o envolvimento de mais de trezentos Colaboradores e a dinamização de diversas actividades com impacto nas comunidades.

O ATLANTICO colaborou também com o Banco Alimentar de Angola, contribuindo assim para o seu compromisso de transformar vidas.

2 813
Vidas impactadas

382
Colaboradores

2 640
Horas

- Bens alimentares
- Material didáctico
- Vestuário
- Brinquedos

RECOLHA PARA O BANCO ALIMENTAR

LAR DE NAZARÉ
ENTREGA DE DONATIVOS

CENTRO EL BETEL EM BENGUELA
ENTREGA DE DONATIVOS

CENTRO DE NUTRIÇÃO
ENTREGA DE DONATIVOS

LAR CONSOLADORA DOS AFLITOS
NATAL SOLIDÁRIO

LAR DO BEIRAL
ENTREGA DE DONATIVOS

Têm sido igualmente desenvolvidas acções de apoio a instituições, seleccionadas em linha com a estratégia de transformação social do ATLANTICO, com foco no conhecimento e empreendedorismo, nomeadamente mediante iniciativas de dinamização do agro-negócio, em parceria com a SEIVA, e de apoio à educação inclusiva, equitativa e de qualidade, com a Fundação Ulwazi e o Lar de Nazaré.

No âmbito desta estratégia, o ATLANTICO pretende impactar nas comunidades muito para além das contribuições financeiras, mas igualmente por meio da partilha de conhecimento e inclusão financeira, visando altos níveis de bancarização e transaccionalidade, através do *400# Agiliza.

O ATLANTICO pretende impactar nas comunidades muito para além das contribuições financeiras, mas igualmente por meio da partilha de conhecimento e inclusão financeira.

EMPREENDEDORISMO

SEIVA

MISSÃO Fomentar o desenvolvimento de famílias no meio rural através de iniciativas com impacto económico e social, apoiando e seguindo os princípios dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como medição e barómetro do impacto gerado.

PILARES

ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural)
Apoio ao desenvolvimento sustentável da produção agrícola de famílias rurais

Capacity building
Desenvolvimento de competências técnicas e institucionais de parceiros locais

Investigação e inovação
Conceptualização, testagem e desenvolvimento de soluções e desafios locais

Logística e *fairtrade*
Criação de ligações de cadeia de valor agroalimentar, com um foco no meio rural

CONHECIMENTO

Ulwazi
AN AFRICAN INITIATIVE FOR EDUCATION

MISSÃO Garantir o acesso à educação inclusiva, equitativa e de qualidade (principalmente em idade pré-escolar e do ensino primário) como meio para o desenvolvimento social e económico sustentável.

PILARES

- Fomentar a colaboração e a partilha de conhecimento
- Ser um parceiro activo na definição de políticas e estratégias educativas
- Promover a inovação na educação e desenvolvimento de competências
- Incentivar a aprendizagem contínua

CONHECIMENTO

LAR DE NAZARÉ

MISSÃO Ajudar crianças órfãs em situação de extrema pobreza, dos 3 aos 14 anos, e fora do sistema de ensino, proporcionando melhores condições de vida e de ensino

- Acolhimento permanente de raparigas em risco

SEIVA

DOMBE 4.0 PROJECTO INTEGRADO

EMPREENDEDORISMO

OBJECTIVOS

- Potenciar modelos de desenvolvimento inclusivo, baseado na propriedade rural
- Apoiar famílias camponesas através de programas de formação
- Assistência técnica e gestão agrícola
- Promoção da produção e da comunidade rural no mercado formal
- Atrair jovens angolanos para o sector primário

RAIO DE ACTUAÇÃO

- Famílias de camponeses na Comuna do Dombe Grande, província de Benguela
- O objectivo passa por replicar o modelo a outras regiões do País

IMPACTO

- **+ 1 300** vidas impactadas (incluindo 215 agricultores directamente)
- **235** hectares de áreas de produção
- **200** toneladas de produção total de feijão
- **14** toneladas de sementes de feijão
- **5** toneladas de fertilizantes
- Bancarizaçao das comunidades (*400# Agiliza)

SEIVA TALKS

CONHECIMENTO

IMPACTO

- **6** *Webinars*
- **1** Agrosummit
- **~ 50** Oradores
- **+ 600** Participantes
- **+ 2 800** Horas investidas

LAR DE NAZARÉ

CONHECIMENTO

FOCO

O foco do ATLANTICO está centrado em três vectores:

1. Construção da Escola São Francisco de Assis
2. Visitas regulares para doações de bens alimentares, vestuário e material escolar
3. Desenvolvimento de iniciativas recreativas e lúdicas no Centro de Acolhimento, ministradas pelos Talentos ATLANTICO

PROJECTO

Escola São Francisco de Assis

OBJECTIVO

Dotar a instituição de infra-estruturas escolares que permitam melhorar as condições de ensino e elevar a capacidade de acolhimento de alunos.

Anteriormente, o Lar da Nazaré era constituído por uma estrutura de três salas de aula para aproximadamente 300 crianças, com idades entre os 3 e os 14 anos. Com a construção da escola, em 2021, o Lar passou a estar dotado de um edifício de dois pisos, numa área total de 7 283,53 m².

RAIO DE ACTUAÇÃO

Município de Cacuaco, o terceiro mais povoado do País, com cerca de 1,2 milhões de habitantes e cuja estatística local indica que uma em cada cinco crianças está fora do sistema de ensino.

IMPACTO

Capacidade para **+ 1 300** alunos (antes: 300 alunos)

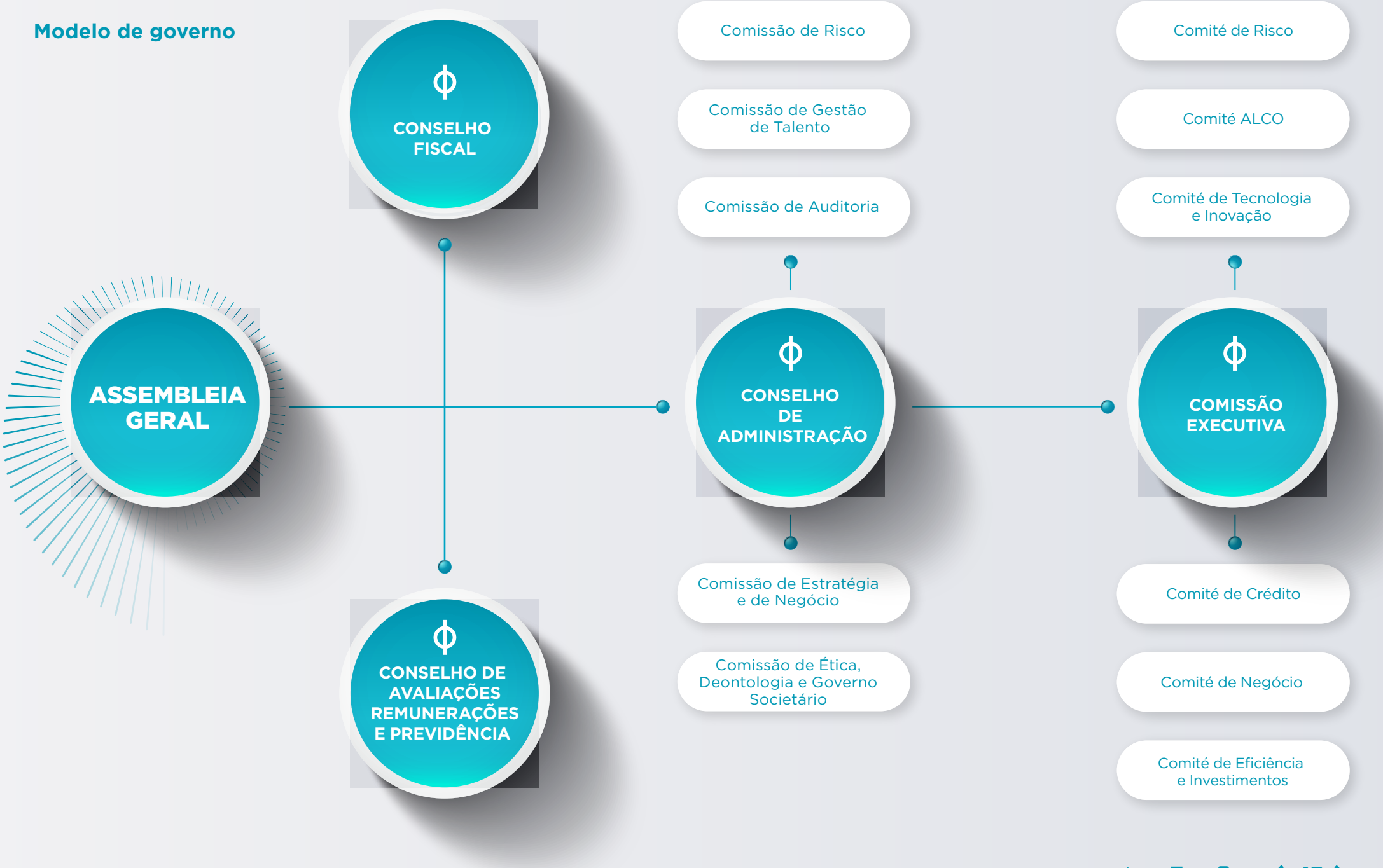
20 salas de aula (antes: 3 salas)

36 alunos por sala

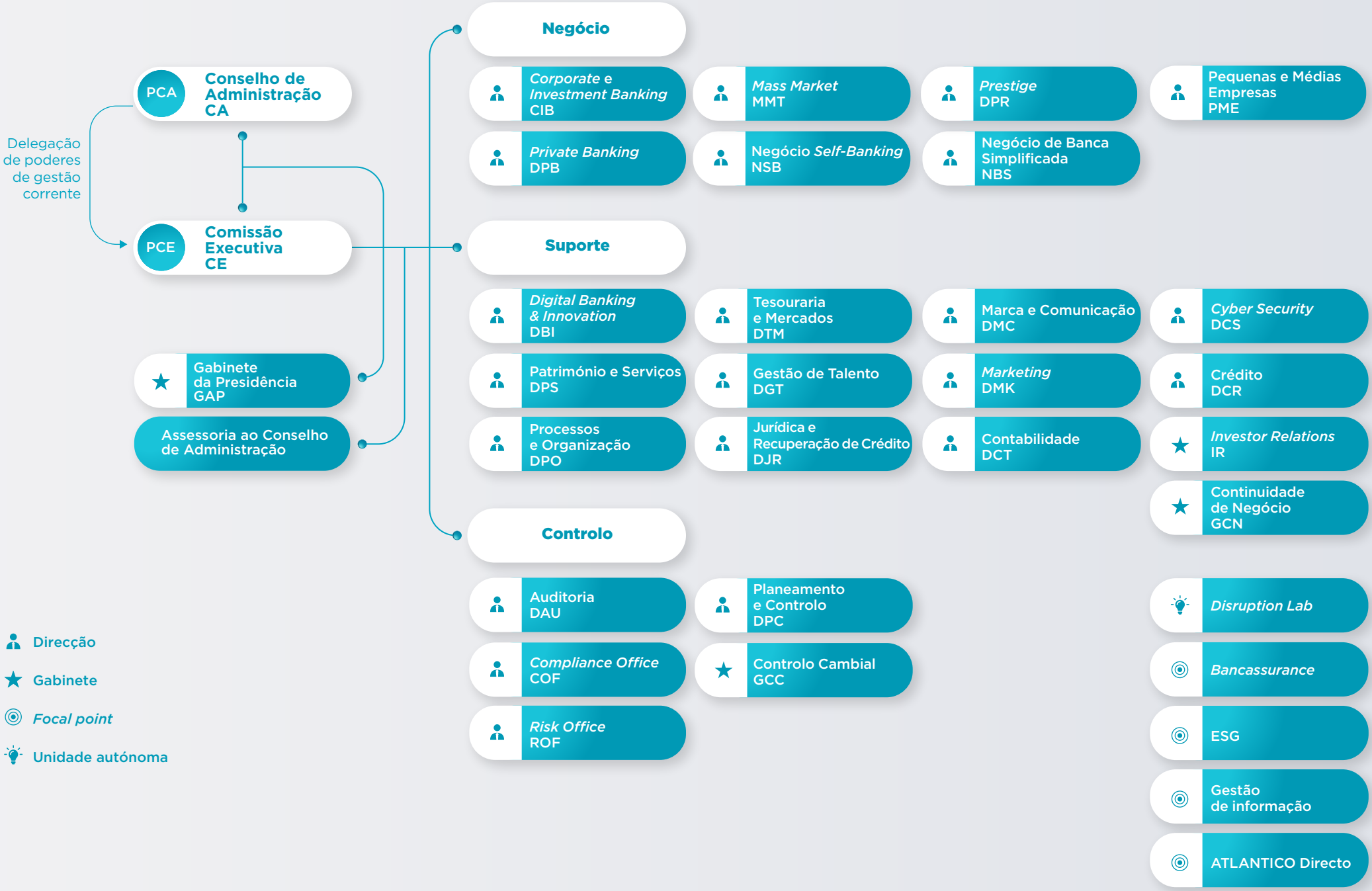
81 novos postos de trabalho

3.6.3. Governo

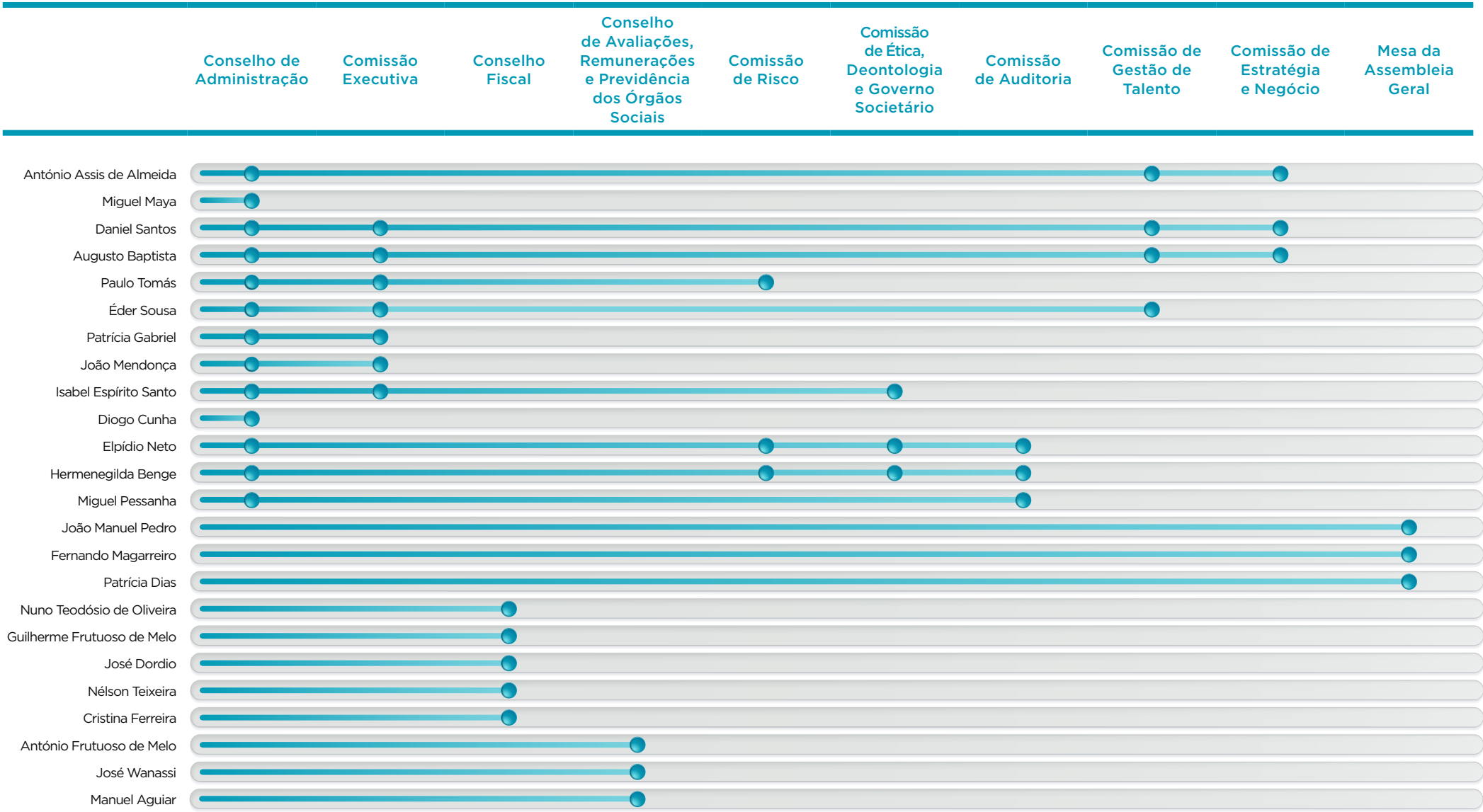
Modelo de governo



Estrutura orgânica



Orgãos Sociais



Comissão Executiva
Composição e Pelouros

Daniel Santos
Chief Executive Officer (CEO)

PCE

- *Compliance Office* • COF
- Auditoria • DAU
- Controlo Cambial • GCC
- *Investor Relations* • IR

Vice-PCE*

Patrícia Gabriel
Chief Operating Officer (COO)

Vogal

- Património & Serviços • DPS
- *Cyber Security* • DCS
- *Private Banking* • DPB
- Continuidade de Negócio • GCN
- ESG

CRO ou CMO*

Augusto Baptista
Chief Digital & Investment Banking Officer (CDIBO)

Vice-PCE

- *Corporate e investment banking* • CIB
- *Digital Banking & Innovation* • DBI
- *Disruption Lab* • LAB
- ATLANTICO Directo

PCE ou Vice-PCE*

Isabel Espirito Santo
Chief Business Officer (CBO)

Vogal

- *Mass Market* • MMT
- *Prestige* • DPR
- Negócio de Banca Simplificada • NBS
- Pequenas e Médias Empresas • PME

CMO ou COO*

Paulo Tomás
Chief Risk Officer (CRO)

Vice-PCE

- Crédito • DCR
- *Risk Office* • ROF
- Jurídica e Recuperação de Crédito • DJR
- Processos e Organização • DPO
- Gestão de Informação

PCE ou Vice-PCE*

João Mendonça
Chief Marketing Officer (CMO)

Vogal

- *Marketing* • DMK
- Marca e Comunicação • DMC
- Negócio *Self-Banking* • NSB
- *Bancassurance*

CBO ou COO*

Éder Sousa
Chief Financial Officer (CFO)

Vice-PCE

- Gestão de Talento • DGT
- Contabilidade • DCT
- Tesouraria e Mercados • DTM
- Planeamento e Controlo • DPC

CRO*

- Direcção
- Gabinete
- *Focal point*
- Unidade autónoma

* A ordem de substituição apresentada deve ser aplicada apenas nos casos em que o Administrador ausente/impedido não tenha tido oportunidade de indicar directamente o seu substituto, com as devidas cautelas em relação a potenciais situações de conflito de interesses.

O PCE e os Vice-PCE podem ajustar entre si a adequada partilha de pelouros sempre que um deles esteja ausente/impedido de exercer as suas funções.

3.7. Cultura de gestão do risco

O Banco Millennium Atlântico encara a gestão de risco como elemento central da sua visão estratégica, apoiando esta área através de estrutura de órgãos colegiais compostos por Comités e Comissões independentes das restantes estruturas de governação. Assim, a área de gestão de risco é independente das áreas geradoras de risco e apresenta mecanismos de decisão e controlo directamente dependentes da Administração do Banco.

Ao actuar de forma transversal na organização, o *Risk Office* tem a capacidade de definir, identificar, quantificar e reportar os diversos riscos de forma individual e integrada. Desta forma, às políticas adoptadas para cada tipologia de risco identificada, acresce uma análise conjunta de todos os riscos que garante a consistência da mensuração do risco e impõe limites globais que permitem fixar a gestão prudencial da Instituição.

A gestão de riscos é essencial para o desenvolvimento, rendibilidade e sustentabilidade do negócio, assegurando a conformidade com os requisitos e definições legais em total articulação com os pressupostos estratégicos do exercício orçamental, designadamente a correcta determinação de fundos próprios necessários e adequadas exposições aos riscos de crédito, de liquidez e demais decorrentes da actividade financeira.

A gestão de risco do Banco é realizada de acordo com estratégias e políticas definidas pelo Conselho de Administração, com a respectiva delegação de competências na Comissão Executiva, sendo o pelouro do *Risk Office* atribuído a um Administrador, sem responsabilidade directa nas direcções comerciais e no *Risk Office*, que é responsável pela implementação das estratégias e políticas definidas.

Na vertente organizacional, importa sublinhar a relevância do Comité de Gestão de Riscos, onde participam dois Administradores e os responsáveis pelas Direcções que gerem e controlam os riscos financeiros (crédito, taxa de juro, taxa de câmbio, liquidez e solvabilidade) e riscos não financeiros (designadamente risco operacional, risco de *compliance*, risco reputacional e risco dos sistemas de informação).

Por forma a reforçar a independência das funções de controlo, encontra-se ainda instituída uma Comissão de Risco com competências delegadas directamente pelo Conselho de Administração e independente da Comissão Executiva. É apresentada a esta Comissão diversa informação sobre a gestão de riscos e sobre o planeamento, assim como os resultados das principais actividades desenvolvidas, sendo a mesma responsável por monitorizar o nível geral de risco assumido pelo ATLANTICO e controlar o processo da sua gestão.

A gestão de risco é articulada com a actuação de outros órgãos, nomeadamente com o Comité ALCO (*Assets and Liabilities Committee*), o Comité de Crédito, o Comité de Gestão de Negócio e o Comité de Gestão de Tecnologias e Inovação.

Apresentam-se de seguida os principais comités com intervenção na gestão de risco:

Comité de Gestão de Riscos – é o órgão colegial responsável pela supervisão dos riscos de crédito, mercado, liquidez, solvabilidade e riscos operacionais. Tem a responsabilidade de acompanhar, avaliar e propor medidas que permitam corrigir desvios às políticas e limites definidos para as várias tipologias de risco. Reúne-se com uma periodicidade trimestral.

Comité de Gestão de Activos e Passivos (*ALCO – Assets and Liabilities Committee*) – tem a responsabilidade de deliberar sobre medidas estruturais que permitam adequar o balanço à estratégia e objectivos do Banco, bem como analisar e discutir a evolução dos principais indicadores do balanço. Reúne-se com uma periodicidade trimestral.

Comité de Crédito – é o órgão com intervenção na gestão do risco de crédito. Tem como principais responsabilidades decidir sobre todas as operações que lhe são submetidas de acordo com as políticas e regras de concessão de crédito em vigor, as quais estão materializadas em regulamento específico. Reúne-se com uma periodicidade semanal.

Neste âmbito de actuação, destacam-se como mais significativos os seguintes eventos realizados ao longo do ano 2021:

1. Definição das metodologias e reporte dos resultados do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) e do Processo Interno de Avaliação da Adequação da Liquidez (ILAAP) conforme estabelecido nos Instrutivos N.º 10/2021 e N.º 11/2021, realizados no âmbito do Processo de Análise e Revisão pelo Supervisor (SREP) a ser implementado pelo Banco Nacional de Angola (BNA) no quadro do projecto de Equivalência de Supervisão. No mesmo âmbito, foram também realizadas várias outras diligências de resposta à informação financeira e sobre a governação

corporativa e da gestão de riscos solicitada pelo supervisor:

- Implementação da metodologia de quantificação de riscos materiais no ICAAP no cenário base e adverso, capacitação das equipas internas e realização do primeiro reporte ao supervisor em 30 de Junho de 2021;
- Implementação da metodologia de quantificação do risco de liquidez no ILAAP, capacitação das equipas internas e realização do primeiro reporte ao supervisor em 30 de Junho de 2021;
- Preparação e reporte ao supervisor das informações solicitadas no âmbito do Modelo de Avaliação dos Riscos do SREP (MARS), nomeadamente as relativas ao Modelo de Negócio, Governo Interno e Gestão de Riscos e Posições de Capital e Liquidez.

2. Realização de testes de esforço anuais, com referência a 31 de Dezembro de 2020, incluindo a análise de cenários e testes de esforço inversos, em conformidade com o Instrutivo N.º 02/2017. Com referência a 30 de Junho de 2021, foram revistas as análises de sensibilidade reportadas em Dezembro;

3. Validação do Perfil de Risco do Banco para 2021 e monitorização da evolução dos limites aprovados de acordo com o modelo de governação;

4. Revisão intermédia do Perfil de Risco e definição das principais linhas de orientação para a gestão de riscos no período 2021 a 2024, no âmbito do exercício de planeamento estratégico realizado pelo Banco, e definição do novo plano de negócios para o período referido;

5. Revisão do modelo de perdas por imparidade dos Activos Financeiros e documento das alterações metodológicas introduzidas pela regulamentação publicadas em 2020 e ao longo de 2021. Adicionalmente, no âmbito da revisão anual, foram também realizadas as seguintes actividades:

- Revisão dos *haircuts* aplicáveis às garantias de crédito com risco Estado;
- Actualização anual dos parâmetros de risco do modelo de imparidade colectiva, incluindo os valores das variáveis macroeconómicas e estudos de correlação usados na abordagem *forward looking* incorporada no modelo.

6. Análise das diversas metodologias adoptadas no Sistema Financeiro Angolano para apuramento da imparidade dos títulos de dívida pública angolana;

7. Criação do manual de procedimento do cálculo de imparidade de Títulos, Disponibilidades e Aplicações;

8. Análise de impactos resultantes das alterações implementadas pelo BNA sobre o enquadramento macroprudencial do Sistema Financeiro Angolano, definidas no Aviso N.º 08/2021 e no pacote regulamentar constituído pelos 10 novos Instrutivos N.º 13/2021 a N.º 22/2021 publicados em 29 de Outubro de 2021;

9. Acompanhamento do cumprimento do Aviso N.º 10/2020 – Concessão de Crédito ao Sector Real da Economia e do seu impacto nas reservas obrigatórias a constituir em moeda nacional, no âmbito da gestão do risco de liquidez;

10. Alteração do reporte à Central de Informação de Risco de Crédito do BNA (projecto CIRC 3.0) – desenvolvimento das alterações na ferramenta de reporte à CIRC (KIWI), testes e início dos reportes;

11. Implementação das acções previstas para o cumprimento da Directiva N.º 02/DSB/DRO/2020 – Guia sobre Recomendações de Gestão de Exposições não produtivas e Reestruturadas e Activos executados em Dação para Pagamento e início do reporte regulamentar periódico;

12. Monitorização e reporte ao BNA dos resultados do processo de conversão de crédito concedido em moeda estrangeira para habitação própria de Clientes particulares no âmbito do Instrutivo N.º 15/2020;

13. Monitorização e reporte ao BNA da evolução dos Activos de Uso Não Próprio no âmbito do cumprimento do disposto na Directiva N.º 01/DSB/DRO/2020;

14. Acompanhamento da implementação da Directiva N.º 01/DSB/2020 sobre Avaliação de Imóveis;

15. Monitorização e reporte ao BNA dos Créditos Concedidos aos Detentores de Participações Qualificadas no âmbito do disposto na Directiva N.º 05/DSB/DRO/2020;

16. Monitorização e reporte ao BNA e à gestão do Banco sobre a evolução das exposições de crédito de Clientes intervencionados pelo Estado ou sujeitos a arresto de bens e participações sociais;

17. Acompanhamento do plano de Contingência de Capital e Liquidez e definição de metas para o plano de Melhoria dos Indicadores de Liquidez em moeda nacional e estrangeira;

18. Dinamização e monitorização da iniciativa de redução de exposições de crédito com garantias financeiras em moeda estrangeira;

19. Monitorização do cumprimento do Plano de Reposição Cambial;

20. Monitorização e dinamização do Plano de Adequação do rácio de solvabilidade regulamentar;

21. Revisão dos limites de exposição para Contrapartes Nacionais e Internacionais;

22. Monitorização contínua do registo e reavaliação de colaterais das operações de crédito, suportando e promovendo a melhoria contínua da qualidade do registo de colaterais e da sua alocação a operações, com vista à optimização do consumo de capital;

23. Implementação da nova tipologia de garantia dada pela African Guarantee Fund (AGF), bem como o início do reporte de todos os créditos com este tipo de garantia;

24. Processos de melhoria contínua com foco na reconciliação e qualidade de informação e automatização das integrações entre sistemas críticos para a avaliação do risco de crédito, liquidez, solvabilidade e taxa de juro e na automatização da produção de reportes críticos no processo de fecho do mês, com vista à melhoria contínua dos processos de reporte no âmbito da qualidade de informação e redução do tempo de duração.

A gestão de risco é independente das áreas geradoras de risco e apresenta mecanismos directamente dependentes da Administração.

25. Conclusão da implementação do *workflow* para o processo de decisão de crédito e de atribuição de graus de risco na componente de particulares (*scoring*), que suporta modelos diferenciados por produto de crédito e tipologia de Cliente;

26. Calibração dos modelos de *scoring* desenvolvidos pelo Banco, especificamente para suporte de decisão automática de crédito, considerando o perfil transaccional e o comportamento financeiro da base de Clientes particulares;

27. Participação em processos de *due diligence* de Bancos Multilaterais e gestão de *covenants* para linhas já aprovadas, nomeadamente através da elaboração de reportes periódicos sobre informação de crédito, liquidez e solvabilidade e esclarecimentos sobre a qualidade dos activos em alinhamento com o perfil de risco definido para o Banco;

28. Implementação transversal do modelo de gestão de Risco Operacional em todos os processos representativos da actividade do Banco – operacionalização de todos os instrumentos de gestão (mapeamento de processos, auto-avaliação de riscos, captura de perdas e indicadores chave de risco) nos 40 processos catalogados.

29. Desenvolvimento do projecto para implementação do modelo de gestão de riscos de cibersegurança e da sua integração no modelo de gestão de riscos operacionais aprovado pelo Banco;

30. Implementação do plano de comunicação no âmbito da gestão do Risco Operacional, promovendo a cultura de risco e a participação mais activa da primeira linha de defesa no modelo de gestão.

3.7.1. Perfil de risco

Os princípios da governação do risco nas instituições financeiras, estabelecidos pelo Aviso N.º 7/2016 do BNA, assentam no princípio essencial de que "atendendo a que a aceitação de riscos é uma parte fundamental da actividade das mesmas, estas devem encontrar um equilíbrio entre o risco que estão dispostas a assumir e os retornos que esperam atingir, de forma a assegurar uma situação financeira sólida e sustentável".

No intuito de identificar, entre os riscos inerentes à actividade e características da Instituição, quais os riscos materialmente relevantes, o ATLANTICO definiu um conjunto de indicadores que permitem avaliar, para cada tipologia de risco financeiro e não financeiro, a exposição do Banco aos mesmos e a existência ou não de um potencial impacto significativo na estrutura de balanço ou na actividade do Banco.

Para garantir que todos os elementos são integrados na estratégia de negócio e de gestão, é assegurado o cumprimento dos limites e níveis de tolerância e a sua monitorização é reportada de forma sistemática. Deste modo, a adequação dos limites é testada de forma periódica, promovendo-se uma revisão, pelo menos anual, do perfil de risco da Instituição, aprovada pelo Conselho de Administração do Banco em simultâneo com a aprovação do orçamento. A última revisão do Perfil de Risco foi aprovada em Janeiro de 2021.

O *Risk Office* é responsável pelo acompanhamento e monitorização do perfil de risco e pela comunicação dos principais resultados e conclusões, assim como pela assessoria à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração no que respeita à revisão e actualização periódica do perfil de risco, bem como na avaliação das acções ou medidas de

remediação que devam ser implementadas sempre que ocorra um incumprimento dos limites estabelecidos que possa condicionar ou impactar negativamente a actividade do Banco.

Os limites que compõem o perfil de risco do ATLANTICO são estabelecidos em três níveis, derivando dos mesmos as responsabilidades de comunicação e desenvolvimento de acções correctivas. Os três níveis são:

- **Apetite ao risco –** reflecte o nível de risco para o qual o ATLANTICO está preparado e se predispõe a aceitar, tendo em consideração a sua estratégia e a sua capacidade financeira para assumir perdas.
- **Definição de uma zona de tolerância –** permite estabelecer um sistema de alerta tempestivo e accionar acções correctivas antes que o Banco atinja a sua capacidade máxima de tomada de risco.
- **Limite de capacidade –** refere-se ao montante máximo de risco que o Banco está disposto a aceitar no decurso da sua actividade, sem colocar em causa a respectiva estabilidade, posicionamento e solvabilidade.

No âmbito do perfil de risco, estão associadas uma ou mais métricas de acompanhamento para cada tipologia de risco, as quais, por sua vez, associam limites específicos para apetite, tolerância e capacidade.

Desde a sua aprovação, em 2017, este instrumento de gestão de risco tem vindo a ser implementado de forma plena no que respeita à dinâmica de monitorização e geração de acções correctivas de desvios, estando actualmente integrado por completo na gestão de planeamento estratégico e prudencial do Banco, em conformidade com o seu objectivo principal.

O reporte formal de acompanhamento do perfil de risco é realizado trimestralmente pelo Comité de Gestão de Riscos e com a apresentação mensal de resultados à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração. Sempre que algum dos indicadores calculados com periodicidade inferior se encontre fora dos limites estipulados, é devidamente comunicado para que sejam estabelecidas e implementadas acções mitigadoras de forma tempestiva.

3.7.2. Risco de crédito

A gestão de risco de crédito é baseada num conjunto de políticas e orientações estabelecidas em função das estratégias de negócio e do perfil de risco da Instituição, sendo revista regularmente e sempre que necessário.

Concessão de crédito

A actividade de concessão de crédito é desenvolvida e assente em regulamentos e normativos, revistos regularmente, que disciplinam a actividade e estabelecem com clareza a delegação de competências, quer em valor, quer em rendibilidade, em função do risco implícito dos Clientes, segmentos e operações.

O Comité de Crédito é o órgão com intervenção na gestão do risco de crédito. Tem como principais responsabilidades decidir sobre todas as operações que lhe são submetidas de acordo com as políticas e regras de concessão de crédito em vigor, as quais estão materializadas em regulamento específico.

Além dos normativos, a concessão de crédito é suportada pela avaliação e classificação do risco dos Clientes com o auxílio de modelos internos de *scoring* e de *rating*, e na avaliação do nível de cobertura dos colaterais das operações. Para as exposições mais significativas, é ainda analisado casuisticamente o consumo de capital e o impacto das mesmas nos limites aos grandes riscos (concentração de risco de crédito), sendo estas decididas em sede de Comissão Executiva em conformidade com o Regulamento de Crédito do Banco.

A análise e o parecer de crédito são da competência da Direção de Crédito, sendo a atribuição de *rating* às empresas e de *scoring* aos particulares da competência da Unidade de *Rating* do *Risk Office*, com base nos modelos desenvolvidos internamente assentes em quatro vectores (dois qualitativos: Negócio e Accionistas / Gestão, e dois quantitativos: Análise Económico-Financeira e Solvabilidade e Responsabilidades). Deste modo, a análise do risco de Cliente é realizada por uma unidade distinta da Direcção de Crédito, assegurando o princípio da independência preconizado nas melhores práticas de gestão de risco.

Todas as operações de crédito são precedidas de uma análise de risco de crédito com a finalidade de avaliar a capacidade de reembolso e a melhor forma de cobertura do risco, estando os níveis de decisão definidos no regulamento interno.

A Direcção de Crédito formula um parecer ou uma decisão de crédito após estar devidamente esclarecida de todos os pressupostos, devendo até lá utilizar todos os esforços para os obter junto da área comercial angariadora e esta junto do Cliente.

As decisões de crédito "autorizadas", "autorizadas com alterações" ou "recusadas" baseiam-se na indicação dos motivos que constam no parecer imediatamente anterior. São solidárias e responsabilizam de igual forma os Colaboradores, os balcões e os níveis de decisão intervenientes.

A análise das operações de crédito tem em conta quatro factores: liquidez, rentabilidade, segurança e concentração.

- **Liquidez:** a capacidade que o Cliente tem de cumprir com os seus compromissos financeiros nos prazos acordados.
- **Rentabilidade:** cada uma das operações de crédito deverá gerar retorno positivo para o Banco.
- **Segurança:** a operação deverá sempre cumprir com as regras definidas internamente e com o en-quadramento legal a que o Banco está sujeito. A obtenção de garantias adicionais pode aumentar a segurança creditícia da operação, mas não se deverá autorizar uma operação apenas pelas garantias prestadas.
- **Concentração:** dever-se-á sempre analisar a concentração do Cliente. Quanto mais dispersa for a carteira de crédito, menor será a probabilidade de perda ao nível da mesma.

Acompanhamento do crédito

O acompanhamento do crédito é da responsabilidade de todos os intervenientes do processo de crédito e, em particular, das áreas comerciais, as quais devem assegurar a prestação de toda e qualquer informação sobre o Cliente, capaz de traduzir uma alteração das suas condições de solvência.

O objectivo global do processo de acompanhamento do crédito é a detecção atempada de sinais de deterioração das condições creditícias dos Clientes e a prossecução de acções adequadas à prevenção do risco de incumprimento, à regularização, tão cedo quanto possível, do incumprimento efectivo, à minimização da necessidade de constituição de provisões/imparidade e à criação de condições que potenciem os resultados da recuperação.

Em consequência da detecção de sinais de degradação da situação financeira do Cliente ou da existência de incumprimento efectivo, em função da gravidade da situação observada, os Clientes devem ser objecto de reanálise do respectivo grau de risco e da adopção de procedimentos complementares de acompanhamento.

A recuperação de crédito é da responsabilidade da Direcção Jurídica e de Recuperação de Crédito, onde as Unidades de Recuperação de Crédito (Particular ou Empresas) asseguram o acompanhamento e a gestão das responsabilidades assumidas por Clientes que estejam em incumprimento há mais de 45 dias (descobertos), 75 dias (*leasing*) ou 90 dias (outros créditos) e dos processos com recuperação pela via judicial.

Mensuração do risco de crédito

A monitorização do risco de crédito assenta no acompanhamento e controlo da evolução da exposição ao risco de crédito da carteira do Banco e na implementação de acções de mitigação para preservação da qualidade do crédito e dos limites de risco definidos.

É responsabilidade do *Risk Office* a definição e monitorização dos indicadores do Perfil de Risco para risco de crédito e risco de crédito de contraparte, bem como a comunicação dos mesmos à Administração no caso de ultrapassarem os limites de capacidade estabelecidos.

O *Risk Office* tem a responsabilidade de calcular e reportar mensalmente a imparidade do crédito, as provisões regulamentares, os limites prudenciais aos grandes riscos e os requisitos de fundos próprios regulamentares para o risco de crédito e risco de crédito de contraparte.

A análise de imparidade de crédito incide sobre a qualidade creditícia do devedor, bem como sobre as expectativas de recuperação da operação de crédito específica, atendendo, designadamente, aos fluxos de caixa libertos e à evolução do plano de negócios, assim como aos colaterais e garantias existentes, podendo ser baseada em modelos estatísticos de determinação de perdas esperadas ou na análise individual de operações e Clientes.

A avaliação de imparidade inclui também o cálculo de outros activos financeiros, designadamente os títulos, as participações no capital de empresas, aplicações financeiras no Mercado Monetário e outros valores activos, mediante modelos desenvolvidos internamente com base no risco aferido para as contrapartes e desde que esses activos não sejam de valorização ao justo valor.

A política de apuramento de imparidade associada aos activos financeiros foi definida em conformidade com a norma IFRS 9. Esta norma introduz o conceito de perdas de crédito esperadas, que difere significativamente do conceito de perdas incorridas previsto na IAS 39, antecipando o reconhecimento das perdas de crédito nas demonstrações financeiras das instituições. Desta forma, na determinação da ECL (*Expected Credit Loss*) são tidos em consideração factores macroeconómicos, cujas alterações impactam as perdas esperadas.

O Banco mede a ECL, individualmente ou em base colectiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor actual dos fluxos de caixa esperados do activo usando a taxa de juro efectiva original do activo, independentemente de ser medido individualmente ou colectivamente. A determinação da ECL a aplicar depende da alocação do contrato a um de três estágios (*stages*).

No momento inicial de reconhecimento, cada contrato é alocado ao *Stage 1* com excepção de contratos Adquiridos ou Originados com Evidência Objectiva de Perda, sendo necessário realizar, em cada uma das datas de reporte posterior, uma análise à variação do risco de ocorrência de incumprimento desde essa data até à maturidade esperada do contrato. Se for verificado um aumento do risco, a provisão para perda estimada por risco de crédito deverá ser reforçada.

Os instrumentos sujeitos ao cálculo da imparidade são divididos em três estágios (*stages*), tendo em consideração o seu nível de risco de crédito, conforme segue:

- ***Stage 1*:** sem aumento significativo do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade reflectirá perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de *default* que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;
- ***Stage 2:*** instrumentos em que se considera que ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objectiva de imparidade. Neste caso, a imparidade reflectirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de *default* que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento;
- ***Stage 3:*** instrumentos para os quais existe evidência objectiva de imparidade como consequência de eventos que resultaram em perdas. Neste caso, o montante de imparidade reflectirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperada do instrumento.

No cálculo da imparidade atribuível ao Estado Angolano, risco a que o Banco está exposto de forma significativa através da posição detida em Obrigações do Tesouro, o modelo de imparidade aprovado pelo Banco prevê a classificação em *Stage 2* para riscos soberanos, entidades supranacionais e instituições financeiras com *rating* atribuído por agências internacionais, e está assente na observação de um aumento significativo do nível de risco de crédito decorrente de um *downgrade* superior a dois *notches* em pelo menos duas casas de notação de *rating* desde a data de originação do activo ou quando se verifique o incumprimento das obrigações creditícias por essa contraparte num período superior a 30 dias.

3.7.3. Risco de mercado e liquidez

Os principais intervenientes na gestão diária do risco de mercado e liquidez são a Direcção de Tesouraria e Mercados e o *Risk Office*. A Direcção de Tesouraria e Mercados é responsável pela selecção e execução das operações com o mercado e pela gestão diária da liquidez tendo em conta os limites definidos no perfil de risco do Banco. É responsabilidade do *Risk Office* a identificação, medição e monitorização do risco, garantindo que os limites definidos são cumpridos.

O Comité de Gestão de Riscos e o Comité ALCO são os órgãos responsáveis pela supervisão destes riscos e têm a responsabilidade de acompanhar, avaliar e propor medidas que permitam corrigir desvios às políticas de gestão e aos limites estabelecidos para os riscos de liquidez e de mercado (cambial e de taxa de juro).

Risco de liquidez

A avaliação do risco de liquidez baseia-se no cálculo e na análise de indicadores que permitem identificar a evolução da situação de liquidez do Banco para horizontes temporais de curto prazo. A monitorização dos níveis de liquidez correntes e estruturais necessários, em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação de *gaps* de liquidez, para os quais estão definidos limites de exposição. Estes indicadores têm como base a distribuição por intervalos temporais de fluxos passivos e activos existentes na data da análise, de acordo com pressupostos pré-estabelecidos.

A posição de liquidez do ATLANTICO é apurada regularmente, identificando-se os factores que justificam as variações ocorridas. Este controlo é reforçado com a execução de testes de esforço de forma a caracterizar o perfil de risco do Banco e a assegurar que são passíveis de ser cumpridas as suas obrigações num cenário de agravamento das condições de mercado.

Em Agosto de 2016, o BNA publicou o Instrutivo N.º 19/2016 – Risco de Liquidez, definindo a informação individual da distribuição das posições de balanço e extrapatrimoniais por bandas temporais e análise desagregada em moeda nacional e moedas estrageiras relevantes. O Banco acompanha de forma muito próxima o seu nível de cumprimento dos limites estabelecidos neste Aviso.

Em Agosto de 2020, o BNA publicou o Instrutivo N.º 14/2020 o qual estabelece a taxa de custódia de 0,1% (zero vírgula um por cento) que será aplicada pelo BNA às reservas excedentárias dos Bancos Comerciais, quando estas corresponderem ao valor mínimo de Kz 3 000 000 000 (três mil milhões de kwanzas). As últimas decisões do Comité de Política Monetária (CPM) do BNA mantiveram o nível de reservas obrigatórias em 22% para a moeda nacional e para a moeda estrangeira. A manutenção da taxa

de custódia tem vindo a tornar mais desafiante a capacidade de financiamento do Mercado Monetário Interbancário, uma vez que os bancos tendem a ter cada vez menos liquidez livre e, consequentemente, menos capacidade para cederem fundos. Adicionalmente, não tem estado disponível o instrumento de Facilidade Permanente de Liquidez aprovado no CPM do BNA.

ILAAP (Processo de Avaliação Interna de Adequação de Liquidez)

Em conformidade com o Instrutivo N.º 11/2021, publicado pelo BNA em 21 de Junho de 2021, as instituições financeiras bancárias que desenvolvem actividades de crédito devem assegurar e ser capazes de demonstrar que têm um processo interno que permite identificar, mensurar, gerir e monitorar o seu risco de liquidez.

O objectivo do processo interno de avaliação da adequação de liquidez (ILAAP) é providenciar um instrumento de gestão de risco para o Banco, de forma a assegurar que os limites definidos internamente relativos ao risco de liquidez são cumpridos e que os processos operacionais e de governo de gestão e controlo destes limites são adequados.

O reporte de ILAAP realizado em 30 de Junho de 2021, com referência a 31 de Dezembro de 2020, demonstra o cumprimento dos limites referidos e resume as principais conclusões do exercício de auto-avaliação realizado, incluindo a opinião do Banco sobre as suas posições actuais de liquidez ao nível individual e a sua capacidade de cobrir aquilo a que está ou poderá estar exposto, assim como as medidas a serem utilizadas para assegurar a manutenção ou reposição dos níveis de liquidez adequados.

Risco de taxa de juro

A avaliação do risco de taxa de juro é efectuada através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado para o universo de operações que integram o balanço do Banco. O risco de taxa de juro é calculado mediante a classificação de todas as rubricas do activo, do passivo e extrapatrimoniais que pertençam à carteira bancária e que sejam sensíveis a oscilações das taxas de juro, por escalões de prazos marginais de refixação da taxa de juro. O Banco analisa diariamente as principais taxas de referência dos mercados nacional e internacional, nomeadamente a LUIBOR, a EURIBOR e a LIBOR, de forma a aferir o risco inerente a activos e passivos sensíveis às variações de taxas de juro.

Na sua análise, o Banco considera o Aviso N.º 8/2016 que regulamenta o risco de taxa de juro na carteira bancária, o qual considera um choque instantâneo positivo ou negativo de 2% nas taxas de juro e que resulta num movimento paralelo da *yield curve* na mesma magnitude, estimando-se o impacto sobre o valor actual dos fluxos de caixa e da margem financeira das instituições. A sua monitorização é feita numa base sistemática em função dos períodos de *repricing* dos activos e dos passivos.

O cálculo de justo valor dos títulos em carteira própria do Banco é também um mecanismo de acompanhamento do risco de taxa de juro. O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O *Risk Office* tem a responsabilidade de efectuar o cálculo mensal do justo valor dos títulos de rendimento fixo em carteira própria com recurso à metodologia dos *cash-flows* descontados (com base numa curva construída a partir das emissões de títulos com características de indexação e maturidades equivalentes).

Risco de taxa de câmbio

O Banco Millennium Atlântico monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo e reavaliação diária da exposição das posições globais abertas assumidas nas várias moedas e adopta estratégias globais de cobertura para assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites aprovados pela gestão.

A avaliação do risco de taxa de câmbio do Banco baseia-se na definição e controlo de limites estabelecidos para a exposição cambial curta e longa e na sua relação com os Fundos Próprios. Além do acompanhamento da posição e exposição cambial e da sua comparação com os limites estabelecidos pelo Banco, o *Risk Office* tem a responsabilidade de elaborar os testes de esforço onde avalia o impacto de uma eventual valorização ou desvalorização cambial na estrutura de activos, nos resultados e no rácio de solvabilidade do Banco.

3.7.4. Risco de solvabilidade

O apuramento dos fundos próprios regulamentares e do rácio de solvabilidade é realizado e reportado pelo ATLANTICO, desde Janeiro de 2018, com base no pacote regulamentar publicado pelo BNA em Abril de 2016. Com o objectivo de alinhar a regulamentação com as melhores práticas internacionais, este conjunto de normativos introduziu uma série de alterações, que passam pelo cálculo dos requisitos de fundos próprios regulamentares para o risco de crédito e risco de crédito de contraparte (Aviso N.º 3/2016), requisitos de fundos próprios para risco de mercado e risco de crédito de contrapartes

na carteira de negociação (Aviso N.º 04/2016) e requisitos de fundos próprios para risco operacional (Aviso N.º 05/2016).

Os requisitos reflectem uma maior exigência relativamente à robustez da estrutura de capital dos Bancos no âmbito do Processo de Análise e Revisão do Supervisor e do Aviso N.º 08/2021 com a implementação dos Requisitos de Pilar 1, Requisitos de Pilar 2 e do Requisito Combinado de Reservas, previstos no referido Aviso.

Os fundos próprios regulamentares correspondem à soma dos fundos próprios de base com os fundos próprios complementares. O rácio de solvabilidade corresponde ao rácio entre os fundos próprios regulamentares e o valor calculado para os requisitos de capital determinado pelo valor dos activos ponderados pelo risco somado dos requisitos para requisitos de mercado e risco operacional, sendo o valor regulamentar mínimo de 10%.

O Banco tem uma abordagem preventiva na gestão do risco de solvabilidade:

- Estão definidos em Perfil de Risco limites mínimos para o rácio de solvabilidade a partir dos quais o *Risk Office* realiza cálculos intercalares para mensurar o reflexo da evolução durante o mês das principais rubricas do balanço no valor do rácio, reconciliando com eventos detectados no âmbito da gestão de outros riscos, nomeadamente crédito, cambial, liquidez e operacional.
- As operações de investimento ou desinvestimento, bem com as operações de concessão ou liquidação de crédito, que tenham volumes significativos, são previamente avaliadas pelo *Risk Office* quanto ao seu impacto na solvabilidade do Banco – via resultados e consumo de capital.

O valor final e o detalhe do cálculo dos fundos próprios regulamentares e do rácio de solvabilidade regulamentar realizado pelo *Risk Office* são incluídos na apresentação mensal de resultados à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração. São apresentadas regularmente análises e projecções ao Comité de Gestão de Riscos.

Os impactos em rácio de solvabilidade resultantes de testes de esforço, bem como outros rácios que relacionem a exposição a um determinado risco com o nível de Fundos Próprios do Banco, são reportados à Administração regularmente.

Antecipando os potenciais impactos da pandemia da Covid-19, o Banco não distribuiu em 2021 os resultados de 2020 sob forma de dividendos, de modo a permitir a manutenção do rácio em linha com o apetite ao risco estabelecido.

ICAAP (Processo de Avaliação Interna de Adequação de Capital)

Conforme definido pelo BNA no Instrutivo N.º 12/2021, de 21 de Junho de 2021, as instituições financeiras bancárias devem dispor de estratégias e processos sólidos, eficazes e completos para avaliar e manter, numa base permanente, o montante, tipo e distribuição de capital interno que consideram adequados para cobrir os níveis dos riscos, em função da natureza, a que estejam ou possam vir a estar expostas, por forma a garantir a viabilidade do negócio, mantendo níveis de capitalização adequados e a realização de uma gestão de riscos sã e prudente. O processo deverá assumir um cariz prospectivo (*forward looking*) e atender à estratégia da instituição, ao apetite ao risco e à influência de factores macroeconómicos. Desta forma, as instituições devem ter a capacidade de demonstrar ao supervisor que o seu ICAAP é sólido, eficaz e abrangente.

O exercício de ICAAP do Banco foi realizado pela primeira vez em 30 de Junho de 2021, com referência a 31 de Dezembro de 2020 e ao nível consolidado (Banco e Fundos de Investimento em que é o participante maioritário). Este exercício tem como principais objectivos:

- Promover o ICAAP como ferramenta de suporte à tomada de decisões estratégicas;
- Dinamizar uma cultura de risco que fomente a participação de toda a organização na gestão do capital interno (Conselho de Administração, Comissão Executiva, Áreas de Negócio e funções de Controlo Interno);
- Garantir a adequação do capital interno face ao perfil de risco e às estratégias de risco e de negócio;
- Garantir uma adequada identificação, quantificação, controlo e mitigação dos riscos materiais a que o ATLANTICO se encontra exposto;
- Garantir uma adequada documentação dos resultados demonstrados, através do reforço da integração dos processos de gestão de risco na cultura de risco do ATLANTICO e nos processos de tomada de decisão; e,
- Prever um plano de contingência para assegurar a gestão da actividade e a adequação do capital interno perante uma recessão ou uma crise.

3.7.5. Risco operacional

O modelo de gestão de risco operacional baseia-se numa actuação por processos, com uma perspectiva *end-to-end* da cadeia de valor de produtos e serviços na gestão do risco operacional, permite identificar riscos potenciais e avaliar o impacto de melhorias.

Consciente da importância de uma monitorização e controlo eficaz do risco operacional, e de modo a alcançar os objectivos propostos, o Banco Millennium Atlântico designou responsáveis pela gestão de risco operacional de cada processo – os *process owners*. O perfil destes responsáveis contempla um forte

domínio dos temas da sua área de intervenção, designadamente ao nível do conhecimento dos processos de negócio e capacidade de sugestão de medidas de mitigação de risco e aumento de eficiência, assegurando o registo e acompanhamento de todos os eventos que possam originar perdas financeiras.

Na actividade quotidiana do Banco, cabe aos *process owners* de cada processo e aos responsáveis por cada Unidade Orgânica zelar pela correcta implementação das políticas e métodos de controlo de risco operacional, sendo da responsabilidade do *Risk Office* a monitorização complementar dos riscos incorridos, a centralização do registo dos eventos e das acções de mitigação, bem como a sua implementação.

A responsabilização das Unidades Orgânicas e dos *process owners* na identificação e gestão activa do risco operacional é central na metodologia.

A modelo de gestão de risco operacional do ATLANTICO assenta em três instrumentos principais:

- Recolha de informação relativa a perdas resultantes de eventos de risco operacional;
- Reuniões de auto-avaliação de risco que permitem ao Banco ter uma abordagem qualitativa para a identificação de riscos potenciais através de uma análise da materialização de perdas no processo, considerando os piores cenários em cada categoria de risco, e na definição da estratégia e planos de acção para a redução do risco inerente a cada processo para o nível máximo de risco aceitável;
- Identificação e quantificação de *Key Risk Indicators* (KRI), métricas que alertam para alterações do perfil de risco ou da eficácia dos controlos dos processos, permitindo o lançamento preventivo de acções correctivas.

Nos exercícios de auto-avaliação de risco anual, cada processo representativo do Banco avalia na Matriz de Tolerância de Risco as 20 categorias de risco, quanto ao nível de severidade (nível de impacto financeiro em caso de ocorrência do risco) e frequência (probabilidade de ocorrência do risco) com que determinados eventos de risco operacional poderão acontecer. As exposições do Banco aos riscos operacionais são classificadas como sendo insignificantes, baixas, médias, altas e/ou catastróficas, permitindo identificar os processos com mais riscos e as categorias de risco mais significativas para o Banco.

A gestão corrente deste risco é efectuada numa base diária, através da identificação, análise, avaliação, quantificação, monitorização e controlo de eventos ou incidentes de risco operacional, identificados por toda a organização e reportados e geridos (quanto à sua classificação e proposta de acções de mitigação preventivas e correctivas) pelos *process owners*. Adicionalmente, são recolhidas informações a partir de outras fontes alternativas, p.e. a Direcção de Auditoria (fraudes), a Direcção de Processos e Organização (reclamações de Clientes), a Direcção de Contabilidade (multas, falhas de caixas e outros registos de perdas) e a Direcção de Serviços Gerais (eventos relacionados com segurança e património) que permitem assegurar a completude dos eventos capturados e reportados.

Os eventos de risco operacional capturados são classificados quanto à categoria de risco a que se referem, permitindo mensurar as categorias em que o Banco incorreu em maiores perdas e, consequentemente, aquelas em que terá de envidar maiores esforços de mitigação de risco.

Os três instrumentos de gestão do risco operacional são desenvolvidos com base em 20 categorias de risco, definidas pelo Banco de acordo com as recomendações do BNA no Instrutivo N.º 28/2016 e com as orientações do Comité de Basileia, agrupando-se nas seguintes categorias:

- Riscos de pessoas;
- Riscos de sistemas de informação;
- Riscos processuais;
- Riscos externos;
- Riscos organizacionais.

É visível, nas categorias apresentadas, que a gestão de risco operacional do ATLANTICO cobre também os riscos de *compliance* e de sistemas de informação, incluindo as ameaças cibernéticas. O risco reputacional é avaliado nos exercícios de auto-avaliação anuais estando também contemplado no modelo de gestão.

O modelo de gestão descrito está totalmente operacionalizado nas suas várias dimensões, desde o final de 2017, estando os processos de negócio, suporte e controlo em revisão sistemática de forma a assegurar uma avaliação de risco actual e adequada.

A transformação digital do Banco, em particular a implementação de ferramentas informáticas que fortalecem o ambiente de controlo e alteraram significativamente as actividades dos processos, e a adopção de uma organização mais orientada para a gestão transversal dos processos (quer na vertente de eficiência, quer de risco) tem introduzido alterações significativas nas actividades e controlos processuais, exigindo uma constante revisão dos processos. Também a implementação de ferramentas informáticas que robustecerão o ambiente de controlo e alterarão significativamente as actividades dos processos e as responsabilidades atribuídas obrigarão a novas revisões.

O ATLANTICO acompanha em permanência estas transformações envolvendo todo o Banco na gestão do risco operacional, nomeadamente através de:

- Monitorização contínua da adequação do catálogo de processos e sub-tipologias de risco operacional;
- Acompanhamento do nível de implementação das acções de mitigação identificadas;
- Apresentações trimestrais de resultados ao Comité de Gestão de Riscos, incluindo os riscos operacionais mais relevantes, os processos com maior risco e os alertas e propostas de mitigação decorrentes dos indicadores de risco monitorizados e dos eventos de risco operacional capturados;
- Dinamização de *workshops*, apresentações e múltiplos contactos com *process owners* e direcções para assegurar o correcto funcionamento da primeira linha de defesa;
- Plano de comunicação em curso, que reforça a cultura de risco do Banco, dinamiza a inclusão de todos os Colaboradores no modelo de gestão (através da captura e reporte de eventos) e reforça as responsabilidades dos *process owners*.

O Banco definiu, em 2021, um *framework* para gerir os seus riscos de cibersegurança, apostando numa abordagem integrada e holística de forma a gerir todos os aspectos de exposição existentes.

A pandemia Covid-19 impactou significativamente os processos do ATLANTICO ao longo de 2021, tendo o Banco respondido adequadamente. O plano foi orientado para a prevenção e mitigação dos riscos associados à propagação da doença, com a finalidade de assegurar a vida, a saúde e o bem-estar dos Colaboradores e as suas condições de segurança, manter os serviços essenciais em funcionamento, garantir a operacionalidade das infraestruturas, avaliar os impactos patrimoniais no valor dos activos e ajustar os processos ao novo contexto.

Sendo a pandemia um evento de risco operacional com a natureza de um risco com origem externa, a sua duração e os seus impactos, em particular nos riscos originados por pessoas (por via das relações com os Colaboradores), dos riscos originados por sistemas, em particular os associados ao risco cibernético e às fraudes externas que lhe estão associadas, e dos riscos organizacionais que podem emergir das alterações nas relações com terceiras partes, obrigarão a uma revisão dos riscos dos processos do Banco e da autoavaliação de perdas financeiras e frequência de eventos com a mesma natureza entre os anos 2020 a 2022. Esta revisão terá em conta os eventos passados, assim como o investimento do Banco na mitigação e controlo dos riscos que se revelam mais críticos no contexto actual.

Modelo de governo de gestão de risco de cibersegurança

Um ataque cibernético pode afectar a capacidade de operar e trazer custos financeiros elevados e consequências a curto e longo prazo, afectando a reputação das marcas por muito tempo, mesmo após a violação ter sido solucionada.

Em resposta à contínua evolução dos desafios e ameaças cibernéticas e ao crescente desafio na sua gestão e mitigação, o Banco definiu em 2021 um *framework* para gerir os seus riscos de cibersegurança, apostando numa abordagem integrada e holística de forma a gerir todos os aspectos de exposição existentes. Adicionalmente, foi executado o primeiro exercício de avaliação de riscos de cibersegurança seguindo o *framework* implementado. As principais etapas do projecto foram as seguintes:

1. Definição e formalização do *framework*;
2. Análise de Risco de cibersegurança;
3. Monitorização contínua de risco de cibersegurança.

Tendo em consideração a especificidade técnica dos riscos de cibersegurança e dos mecanismos de controlo avaliados, o *Risk Office* trabalha em colaboração com a Direcção de *Cyber Security* (DCS), *subject-matter expert*, na avaliação e monitorização dos riscos de cibersegurança e na definição de um modelo de governo da *framework* de gestão de risco de cibersegurança que inclui:

1. Organização, funções e responsabilidades sobre a *framework* considerando, nomeadamente, o envolvimento do *Risk Office*, como *owner* do sistema de gestão de riscos operacionais, e da DCS, como *subject matter expert*;
2. Comunicação de uma cultura de risco de cibersegurança;
3. Procedimentos e mecanismos de controlo *risk-based* para revisão periódica da *framework* e/ou da avaliação de risco da Organização.

3.7.6. Risco cibernético

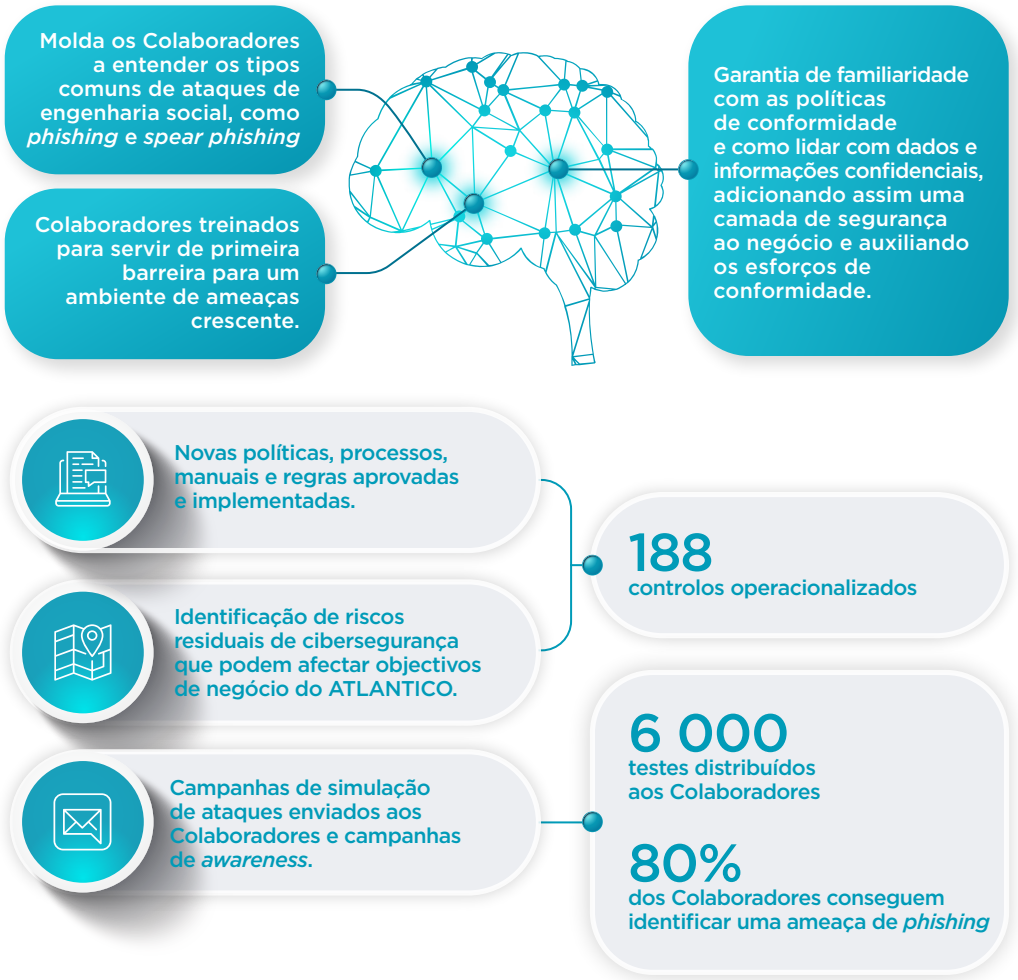
A situação pandémica que afectou o mundo em 2020, entre outros desafios, influenciou a alteração do local de trabalho em função da directiva #FicaEmCasa. Isso proporcionou o crescimento exponencial da competição no ciberespaço, resultando no aumento de dispositivos móveis e digitais interconectados ao ciberespaço e propensos a ataques decorrentes deste ambiente. Com a situação pandémica, as empresas foram obrigadas a adoptar técnicas de desenvolvimento de *software* mais ágeis, com entregas rápidas de novos serviços digitais, produtos e processos que respondam às necessidades dos Clientes, aumentando a probabilidade de exposição a vulnerabilidades, originando uma maior exposição ao risco.

As estatísticas de ataques e brechas de dados em 2021 mostram que as organizações associadas ao sector financeiro correram um risco considerável de ameaças cibernéticas comparativamente a outros sectores. Segundo o World Economic Forum (WEF), houve uma deterioração do risco decorrente de falhas de cibersegurança resultantes da situação pandémica. Segundo esta fonte, as falhas de cibersegurança encontram-se no top 10 de ameaças globais nos próximos cinco (5) anos. Essa tendência de aumento do ambiente de ameaças é observada de igual modo em Angola, com falhas que afectaram instituições da infra-estrutura crítica nacional. Neste sentido, observou-se um incremento no *enforcement* do quadro normativo para a disciplina de cibersegurança. Com a premissa do aumento do ambiente de ameaças, o ATLANTICO, como parte da sua estratégia e em linha com a regulamentação, tem trabalhado na implementação das melhores práticas do mercado. São de referir as práticas do NIST (National Institute of Standards and Technology), ISSO (Information System Security Officer) e COBIT (Control Objectives for Information and related Technology) para a sistematização dos objectivos de controlos dentro da matriz global de gestão do risco operacional. A implementação destas práticas resultou em cerca de 188 controlos operacionalizados para responder eficazmente a estes desafios.

Tendo em conta que existe, ao nível global, uma ausência acentuada de pessoas especializadas em cibersegurança, e em linha com o ADN fundacional do ATLANTICO de aposta premente nas pessoas, o Banco desenhou um plano de formação com Instituições de renome internacional para o desenvolvimento das competências internas adequadas para uma resposta eficaz aos vários desafios colocados.

Embora os ataques cibernéticos possam parecer ameaças inteiramente tecnológicas ou corporativas, as componentes humana e social são de importância central nesta matéria. Levando estes factores em consideração, o ATLANTICO implementou um programa sistemático de treino e campanhas de conscientização para apoiar a reduzir a exposição ao risco cibernético decorrente do factor humano, resultando em mais de 6 000 testes distribuídos aos Colaboradores e uma elevada taxa de sucesso: mais de 80% dos Colaboradores conseguem agora identificar uma ameaça de *phishing*.

O foco no risco sistémico por parte do ATLANTICO tem passado pela construção de uma melhor preparação e resiliência cibernética, mitigação dos pontos de falha e, em última análise, diminuição dos efeitos negativos decorrentes de ofensivas cibernéticas que possam pôr em causa o Banco e o ecossistema a que pertence.



3.7.7. *Compliance*

As actividades de *compliance* incidem sobre a promoção, definição, aprovação e implementação de políticas e processos que visam assegurar que os órgãos de gestão, as estruturas funcionais e todos os Colaboradores cumprem com a legislação, regras e normativos (internos e externos) que pautam a actividade do Banco.

Estas normas permitem efectuar uma gestão adequada do risco de *compliance*, ao nível estratégico e operacional, bem como evitar o risco de a Instituição incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar e em prejuízos de ordem financeira ou reputacional, decorrentes do incumprimento de leis, códigos de conduta e regras de boas práticas negociais e deveres a que se encontra sujeita.

O Compliance exerce as suas funções de forma autónoma, independente e permanente, com total e livre acesso à informação interna do Banco.

O modelo de gestão do ATLANTICO assenta na Política sobre Prevenção e Detecção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, e na Política sobre a Identificação e Aceitação de Clientes e Política de Sanções, que definem as actividades destinadas à execução de operações e a identificar e aceitar os seus intervenientes, bem como as actividades de controlo, realizadas pelas áreas de execução, pelo *Compliance* e pela Auditoria Interna.

A função do *Compliance* assenta em duas grandes Unidades que se complementam: o AML e a Conformidade.

AML (*Anti Money Laundering*): responsável pela monitorização de toda a actividade de prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo numa lógica nacional e internacional junto dos Bancos Correspondentes.

As funções crucias no desempenho desta actividade são:

- Definir procedimentos e critérios de actuação de acordo com as normas legais associadas aos processos de abertura de contas;
- Robustecer o processo de filtragem de Clientes e operações;
- Garantir um processo de monitorização e aceitação de Clientes assertivo;
- Cumprir com os preceitos legais associados ao encerramento de contas;
- Garantir a implementação de ferramentas capazes de identificar operações suspeitas nos termos da legislação;
- Parametrizar uma matriz de risco de Clientes que garante a respectiva classificação do grau de risco dos Clientes;
- Cumprir com a obrigação de comunicação às entidades competentes; e,
- Garantir a conformidade e a actualização das políticas, processos de KYC – *Know Your Customer*; KYT– *Know Your Transaction*; KYB – *Know Your Business* e KYCC – *Know Your Customer 's Customer* no âmbito da relação de banca correspondente.

Neste âmbito, a Unidade de AML diligenciou **1 091 Clientes** de risco alto, não se tendo verificado verdadeiros positivos, ou clientes que, em função da sua complexidade, possam pôr em causa a reputação do Banco.

Para efeitos de análise, avaliação e classificação do grau de risco de Clientes, o ATLANTICO dispõe de ferramentas robustas e automatizadas que garantem diariamente a classificação do grau de risco, *screening* da sua base de dados de Clientes contra listas de sanções e PEP – *Politically Exposed Person* (Pessoa Politicamente Exposta), nomeadamente: OFAC – Office of Foreign Assets Control (Agência de Controlo de Activos Estrangeiros dos EUA), BOE (*Boletin Oficial Del Estado* – Espanha), EU – European Union (União Europeia), PEP, UN – Organização das Nações Unidas, HMT – HM Treasury (Ministério das Finanças e da Economia do Reino Unido). As referidas listas estão incorporadas no Dow Jones Risk & Compliance, Firco Continuity e Trust.

Numa visão 360º sobre o processo de investigação, análise e monitorização de Clientes e operações, o Banco tem implementado as seguintes ferramentas que permitem, de forma prudencial, mitigar o risco de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa:

- **EAGLE –** ferramenta de AML que dispõe de três módulos, os quais permitem uma visão 360º sobre o perfil do Cliente em termos de KYC, KYT, KYCC e KYB. Os referidos módulos são: matriz de risco, *screening* de Clientes e regras AML para transacções. O EAGLE permite ainda fazer a recolha de toda a documentação que o Banco considere importante para constar do alerta analisado ou do perfil do Cliente.
- **FIRCO TRUST –** ferramenta de *screening* diário da base de dados do Banco para Clientes existentes e pré-existentes, contempla as listas de sanções da ACCUITY, numa base *online*, como: OFAC, PEP, HMT, BOE, UN e EU.
- **FIRCO CONTINUITY –** ferramenta de *screening* de transacções, numa lógica de verificação do ordenante da operação, jurisdição de origem e destino da operação e beneficiário da operação. Contempla as listagens da ACCUITY.

No que se refere à obrigação de colaboração e comunicação, o Banco reportou à Unidade de Informação Financeira durante o ano 2021:

8 061 Operações associadas a transacções em numerário, troca de moedas diferentes, liquidação de cheques e valores mobiliários

14 Operações suspeitas de crimes subjacentes a práticas de branqueamento de capitais

1 Comunicação espontânea

Não se verificaram reportes de entidade designada (entidades sancionadas).

Conformidade: é responsável por garantir a conformidade legal dos processos, procedimentos e políticas do Banco em linha com as normas legais, identificação de factores internos e externos com impacto operacional e reputacional; elaboração do programa de formação de *Compliance* e AML.

Em 2021, no âmbito da sua responsabilidade de alinhar os processos e assegurar o cumprimento integral das normas, o *Compliance* participou na actualização, elaboração e aprovação de:

47 Processos transversais ao Banco

Disseminou e garantiu ainda a implementação de medidas necessárias face à publicação dos normativos dos órgãos reguladores e legislativos.

No âmbito do licenciamento de produtos e serviços bancários, o *Compliance* participou da **elaboração e licenciamento de 17 produtos** junto do Regulador. Monitorizou também o cumprimento dos reportes regulamentares e tomou acções tendentes a mitigar o risco de incumprimento dos prazos regulamentares.

3.7.8. Auditoria interna

A Auditoria Interna manteve o foco contínuo na prestação de um serviço independente e objectivo, destinado a acrescentar valor, melhorar as operações e assessorar a Administração do Banco na consecução dos objectivos, conforme determinado pelo Artigo 17.º do Aviso N.º 02/2013, de 19 de Abril e ratificado na sua Carta Interna, aprovada pelo órgão de Administração, que define a sua missão, poderes e responsabilidades.

A definição das linhas de orientação estratégica da função de auditoria interna é da competência do órgão de Administração com a supervisão e acompanhamento da Comissão de Auditoria.

Em pleno estado de Covid-19, a DAU continua a empenhar esforços para compreender os riscos actuais e oportunidades de melhoria na sua metodologia de trabalho, uso de sistemas e realizações de actividades cada vez mais à distância, completas e de modelos, com a finalidade de estar mais presente e de forma mais proactiva no exercício da sua função e participação como terceira linha de defesa do ATLANTICO e parceira permanente no acompanhamento e reforço do Sistema de Controlo Interno.

Para a DAU, antecipar os riscos nunca foi tão importante como hoje, pois a pandemia Covid-19 acelerou a velocidade dos riscos a um nível sem precedentes. Assim, cada dia traz novos acontecimentos que influenciam directamente a probabilidade e o impacto potencial de eventos futuros e a DAU procura sempre antecipar-se a estes.

Em 2021, a DAU implementou o seu Plano Anual de Actividades, no qual se incluem auditorias, monitorizações contínuas, projectos e iniciativas, bem como uma perspectiva de promover o desenvolvimento de trabalhos suportados em maiores competências tecnológicas, *data analytics*, riscos, *compliance*, contabilísticas/financeiras e transversais, para reforço da visão de uma DAU mais focada na prevenção/detecção das várias tipologias de riscos e de controlo. Foi alcançado um grau de realização quantitativa de 108%.

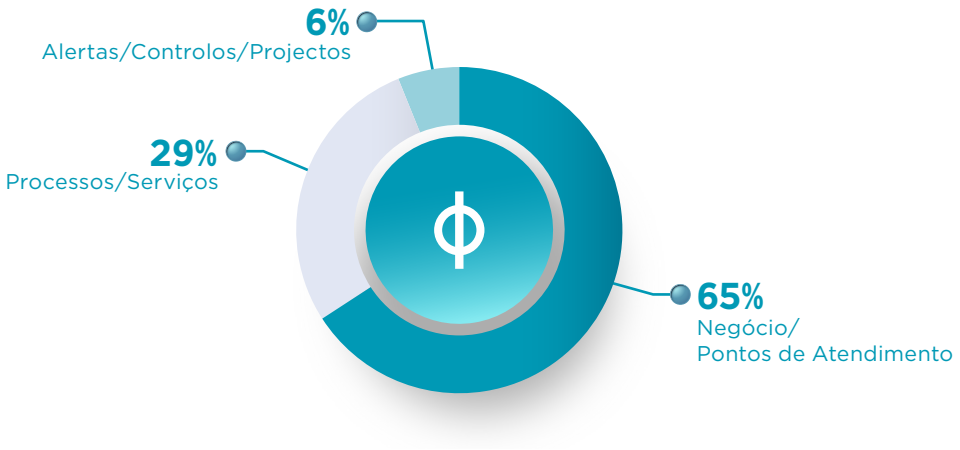
No ano passado, foi igualmente concluída a entrega do Plano Estratégico do Banco "ATLANTICO 2.1" e definido o Plano Estratégico para o ciclo 2021-2024, denominado "**PHIT 2.4**", em linha com a ambição de definir uma visão melhor "***Phited***" ao actual contexto e alinhada com a capacidade de se transformar, mantendo-se fiel ao seu ADN e antecipando o futuro. Na mesma linha, e tendo conseguido resultados bastantes satisfatórios, a estratégia anteriormente definida pela DAU, denominada DAU 2.1, acrescentou um conjunto de valores à DAU e ao Banco, com entregas que permitiram mudar e alavancar o exercício e o modo de actuação da função de Auditoria Interna, e permitiu a sua respectiva transformação, criando um ponto de partida robusto para o novo ciclo estratégico que agora se implementa.

Neste enquadramento, a DAU deu início à definição do seu Plano Estratégico para o ciclo 2022-2024, com vista a adequar-se à estratégia definida pelo Banco para o mesmo ciclo, bem como cumprir com o disposto na legislação em vigor que determina que a DAU deve "elaborar uma proposta do plano estratégico da função, enquadrado na estratégia global da instituição, e apresentá-lo para aprovação ao órgão de Administração".

Sem prejuízo do alinhamento face à estratégia do Banco, a DAU iniciou igualmente um *assessment* interno, de forma a verificar a existência de oportunidades de melhoria mediante a publicação do Aviso N.º 10/2021, de 18 de Junho, emitido pelo BNA, referente à governação corporativa e controlo interno.

No exercício da função de Auditoria realizado em 2021, conforme é prática corrente, a DAU acompanhou a auditoria efectuada pelo Auditor Externo com vista à emissão do parecer sobre governação corporativa e sistema de controlo interno. Neste sentido, e findo este exercício, não foram comunicadas situações de risco elevado (quer por via de recomendações do Auditor Externo, quer de Auditoria Interna), sobretudo devido à colaboração de todas as áreas na constante busca de mecanismos de mitigação dos mais variados riscos.

TIPOLOGIA DE ACÇÕES/AUDITORIAS REALIZADAS



Descrição das acções realizadas

Descrição dos Entregáveis	#
1. TRANSVERSAIS	
Projectos implementados	3
Novos controlos/alertas preventivos/detectivos implementados/criados	23
Pareceres emitidos (produtos, processos e projectos)	114
Cobertura das agências críticas	100%
Participação do processo de auto-avaliação de risco operacional	22
Acompanhamento de auditorias e Inspecções externas (BNA/Auditor Externo)	8
2. AUDITORIA E MONITORIZAÇÃO CONTÍNUA	
Actividades realizadas	217
Pontos de respostas/Recomendações emitidas	1 239
Oportunidades de melhoria emitidas	37
Implementação/Correcção (média)	77%
Acções de Controlo e Monitorização Contínua	3 044
Operações analisadas	13 210
Inconformidades identificadas	417
Erros ou falhas operacionais	10
Situações prevenidas	9
Implementação/Correcção (média)	91%
Outras actividades de controlo e acções direccionadas	15
3. FRAUDES E RECLAMAÇÕES	
Processos e/ou reclamações recebidos	470
Denúncias recebidas e analisadas	40
Encerramento dos processos e/ou reclamações	90%

Actividades e acções de destaque realizadas

Alteração da estrutura orgânica da Direcção de Auditoria, com o objectivo de se alinhar à estratégia definida.

Rotação contínua e gradual das equipas, de modo a desenvolver competências multivariadas ao nível da Direcção.

Implementação de iniciativas internas (15) com vista a garantir uma maior adequação, revisão e reforço da actuação da função de Auditoria Interna.

Manutenção das auditorias transversais e completas por equipas multidisciplinares envolvendo as várias áreas internas da DAU, de forma a agregar mais valor nas análises e resultados.

Implementação, desenho e automatização de controlos/alertas e tarefas com vista a proporcionar maior eficiência e agilidade nas actividades e tarefas diárias realizadas.

Manutenção das rotinas/controlos de âmbito operacional com vista a promover soluções de acompanhamento e prevenção de ocorrências negativas, quer sejam reportadas ou não pelas outras unidades, fundamentalmente a Unidade de Fraudes.

Manutenção da execução de acções de verificação à distância (auditoria por indícios) com carácter sistemático, baseadas em informação seleccionada e tratada, com vista a garantir a adequação do sistema de controlo interno, bem como a mitigação de eventos negativos que ponham em causa a imagem ou a reputação do Banco.

Acompanhamento diferenciado e mais próximo às agências de risco elevado, bem como a realização de reuniões de *feedback* com os gerentes e os subdirectores regionais.

Reforço das auditorias semi-presenciais e não presenciais às agências, resultando em média em 75% das actividades à distância, bem como a contínua redução dos custos referentes às deslocações.

Enfoque no acompanhamento da implementação de recomendações internas e externas que, comparativamente ao ano anterior e com reforço de actuação da Direcção de Auditora sobre direcções auditadas, registou uma melhoria significativa em termos de *performance* do referido indicador, com cerca de 76% de implementação das recomendações.

Capacitação dos Colaboradores em matérias de TI, processos e riscos de forma a acompanhar a evolução do Banco, bem como o desenvolvimento de competências.

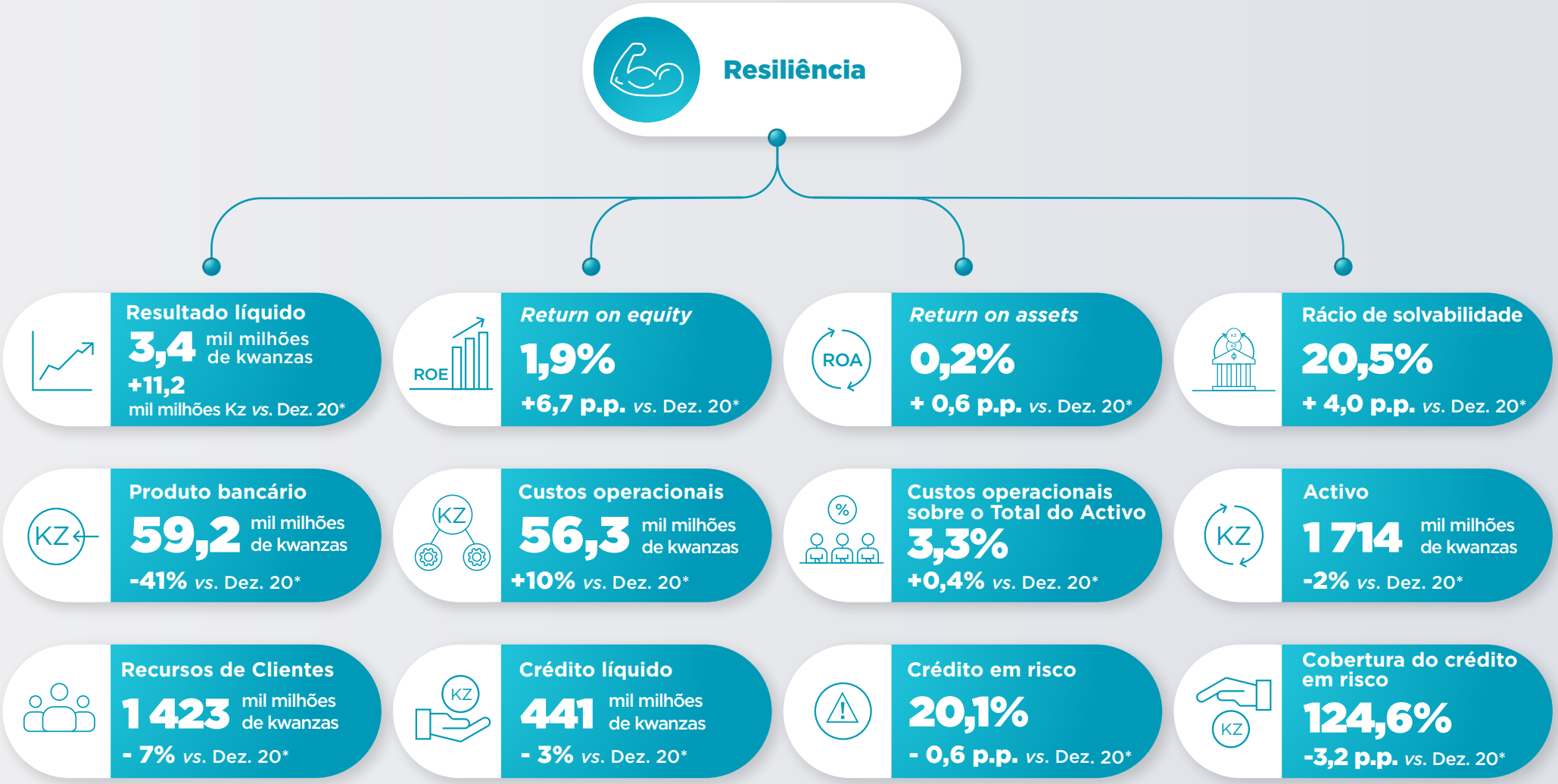
Identificação de recomendações/oportunidades de melhoria com impactos financeiros, com vista à mitigação de eventos de perdas, de forma a contribuir para a rentabilidade do Banco.

Dinamização de sessões de sensibilização (Sabias Que...) e acções pedagógicas, de forma a melhorar o nível da consistência na prudência do risco do negócio, bem como melhorar a consistência nas avaliações positivas face às auditorias realizadas.

Participação dos líderes da Auditoria em dois encontros de *Brainstorming* com várias Direcções de Auditoria interna da praça, onde estiveram presentes 13 bancos, com vista a promover o adequado exercício da função, bem como trocar sinergias relativas às várias temáticas, nomeadamente a avaliação e o grau de implementação dos Avisos N.º 9 e N.º 10/2021, emitidos pelo BNA.

3.8. Resiliência financeira

3.8.1. Quadro de indicadores



*Reexpressão resultante da aplicação retrospectiva da Norma IAS 29 - Relato Financeiro em Economias Hiperiflacionárias.

3.8.2. Síntese do desempenho da actividade

3.8.2.1. Enquadramento

Fruto das alterações macroeconómicas e regulamentares ao longo dos últimos anos, o ATLANTICO tem vindo a alterar o *mix* de activos do balanço com o objectivo de construir uma estrutura financeira mais sólida e resiliente face aos novos desafios. A forte exposição do ATLANTICO à economia real num contexto de ciclos recessivos da mesma trouxe desafios ao melhor desempenho da rentabilidade da carteira de crédito do Banco, levando à adopção de um conjunto de políticas mais conservadoras em matéria de risco e a um reforço das acções de recuperação dos colaterais associados às operações de crédito, o que proporcionou o crescimento da carteira de activos não correntes.

O desempenho financeiro da actividade do Banco em 2021 foi impactado pelo processo de adequação cambial do Balanço, o que implicou a venda relevante da carteira de títulos indexados ao Dólar dos Estados Unidos, substituída por liquidez em moeda estrangeira cuja rentabilidade é marcadamente inferior.

Em 2021, verificou-se um aumento das taxas de juro em consequência do contexto de inflação, que proporcionou impactos diferenciados na margem financeira da actividade do ATLANTICO.

Não obstante os resultados financeiros pouco expressivos do ano, a actividade do Banco sinalizou tendências positivas no que se refere ao crescimento comercial da carteira de depósitos em moeda nacional, um aumento significativo da liquidez em moeda estrangeira, um crescimento significativo do número de novos Clientes e um crescimento consistente do comissionamento. A carteira global de depósitos do ATLANTICO regista um aumento de 10% em moeda nacional face ao fecho de Dezembro de 2020, contribuindo para este efeito a angariação de novos Clientes, bem como o maior grau de envolvimento de Clientes existentes.

As receitas de serviços apresentaram, neste ano, uma melhoria comparada ao período homólogo, tendo registado um crescimento em comissões na ordem de 38%, explicado pela maior dinâmica de negócio e investimentos que o Banco tem realizado.

Em 2021, o ATLANTICO concluiu a reflexão estratégica para o ciclo económico 2021 – 2024, o que implicou transformações ao modelo e linhas de negócio em sintonia com a agenda estratégica, cuja ambição principal passa por liderar o processo de transformação digital assente num Banco com melhor serviço ao Cliente, com maior escala e resiliência.

3.8.2.2. Resultado líquido

O desempenho do resultado líquido do ATLANTICO, em 2021, contemplou o efeito da actualização monetária decorrente da aplicação da Norma IAS-29, tendo sido reexpresso o ano de 2020 e anteriores, observando-se um resultado líquido negativo neste período e resultados positivos em 2021 na ordem de 3 428 368 milhares de kwanzas. Em 2021, os resultados foram impactados pela queda do produto bancário, justificada pelos seguintes eventos:

- Redução relevante dos juros de títulos, associada à venda da carteira e à apreciação da moeda nacional;
- Aumento dos juros e encargos, com particular destaque para o crescimento dos custos de depósitos a prazo associado ao aumento da carteira aplicada e ao aumento das taxas de remuneração dos depósitos.

3.8.2.3. Solvabilidade

O rácio de solvabilidade, em 2021, fixou-se em 20,5%, o que representou um aumento de 4 p.p. comparativamente ao período homólogo, justificado pelos seguintes eventos:

- Redução dos limites referentes aos grandes riscos;
- Impacto da apreciação do Kwanza sobre os activos em moeda externa ponderados pelo risco.

3.8.3. Evolução das demonstrações financeiras

3.8.3.1. Evolução do balanço

A evolução global do Balanço, em 31 de Dezembro de 2021, reflectiu uma redução dos activos e passivos, explicada pela variação cambial da moeda nacional face ao Dólar na ordem de 14,6%. Isolando o efeito cambial, a evolução dos activos do Banco apresentou uma tendência de crescimento, fruto do desempenho comercial da base de depósitos, bem como da valorização dos mesmos.

(Milhares de kwanzas)

BALANÇO	31-12-2021	31-12-2020	Δ ABS	Δ %
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	344 971 397	222 111 313	122 860 084	55%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51 143 348	110 381 892	(59 238 544)	-54%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	268 230 596	216 926 542	51 304 054	24%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3 014 167	5 760 534	(2 746 366)	-48%
Activos financeiros ao custo amortizado				
Títulos de dívida	369 305 246	396 354 958	(27 049 711)	-7%
Crédito a clientes	440 985 217	454 270 709	(13 285 492)	-3%
Aplicações em instituições de crédito	33 814 994	83 591 141	(49 776 147)	-60%
Outros Activos tangíveis	87 882 647	110 390 646	(22 507 999)	-20%
Activos intangíveis	15 476 651	14 295 527	1 181 124	8%
Activos não correntes detidos para venda	-	7 796 893	(7 796 893)	-100%
Activos por impostos correntes	2 462 185	2 418 635	43 551	2%
Activos por impostos diferidos	3 417 453	3 440 174	(22 722)	-1%
Outros activos	93 313 647	126 000 008	(32 686 361)	-26%
Total Activo	**1 714 017 548**	**1 753 738 972**	**(39 721 424)**	**-2%**
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	83 714 792	14 098 064	69 616 728	494%
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 422 950 424	1 523 970 797	(101 020 373)	-7%
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1 412	3 978 187	(3 976 774)	-100%
Provisões	3 560 689	3 932 532	(371 843)	-9%
Passivos por impostos diferidos	30 261	111 483	(81 223)	-73%
Outros passivos	17 776 674	24 942 140	(7 165 466)	-29%
Total Passivo	**1 528 034 252**	**1 571 033 203**	**(42 998 951)**	**-2,7%**
Capital social	142 324 747	142 324 747	-	0%
Prémios de emissão	70 707 406	70 707 406	-	0%
Acções próprias	(841 657)	(841 657)	-	0%
Outras reservas e resultados transitados	(29 692 213)	(21 913 313)	(7 778 899)	35%
Reservas de reavaliação	56 645	207 486	(150 842)	-73%
Resultado líquido do exercício	3 428 368	(7 778 900)	11 207 268	-
Total dos Capitais Próprios	**185 983 296**	**182 705 769**	**3 277 527**	**2%**
Total do Passivo e Capitais Próprios	**1 714 017 548**	**1 753 738 972**	**(39 721 424)**	**-2%**

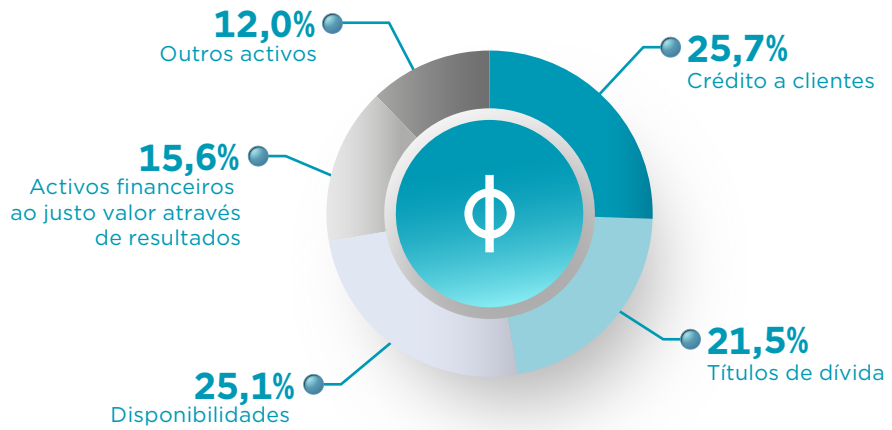
Em relação ao activo, o crédito representa a maior proporção, não obstante a ligeira redução em 2021, resultante de uma política mais conservadora. No ano em análise, o Banco reforçou a liquidez do balanço, apesar do forte impacto cambial sobre a categoria de títulos de dívida.

(Milhares de kwanzas)

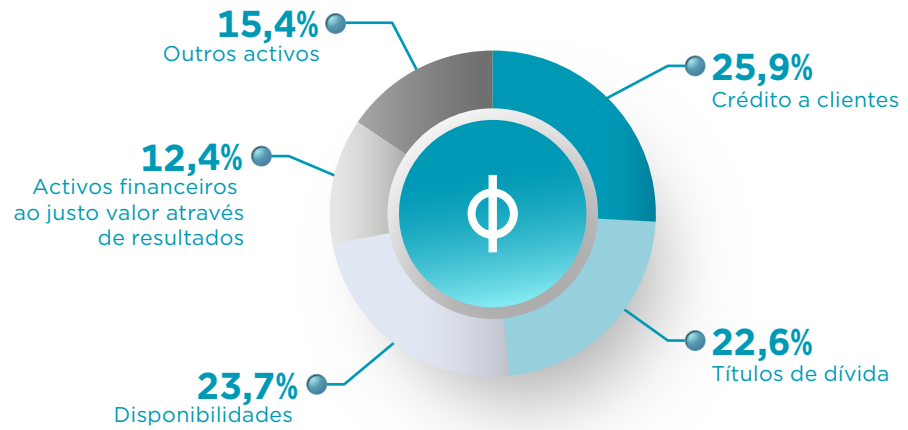
COMPOSIÇÃO DO BALANÇO – ACTIVO	31-12-2021	31-12-2020
Crédito a clientes	440 985 217	454 270 709
Títulos de dívida	369 305 246	396 354 958
Disponibilidades	429 929 738	416 084 346
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	268 230 596	216 926 542
Outros activos	205 566 751	270 102 417
Total do Activo	**1 714 017 548**	**1 753 738 972**

Isolando o efeito cambial, a evolução dos activos do Banco apresentou uma tendência de crescimento, fruto do desempenho comercial da base de depósitos, bem como da valorização dos mesmos

COMPOSIÇÃO DO BALANÇO – ACTIVO 2021



COMPOSIÇÃO DO BALANÇO – ACTIVO 2020



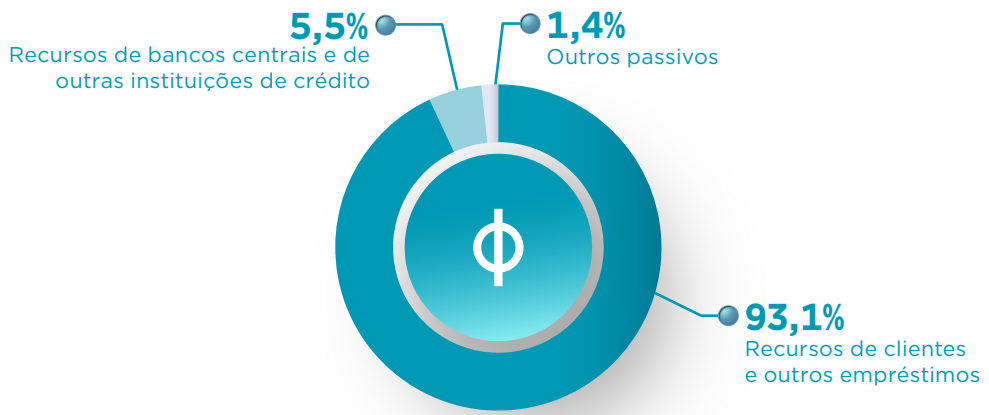
Em relação ao passivo, os depósitos continuam a representar a principal fonte de financiamento da actividade, com um peso de 93% sobre o passivo total em 2021, reduzindo ligeiramente em função do aumento pontual a nível de recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito.

(Milhares de kwanzas)

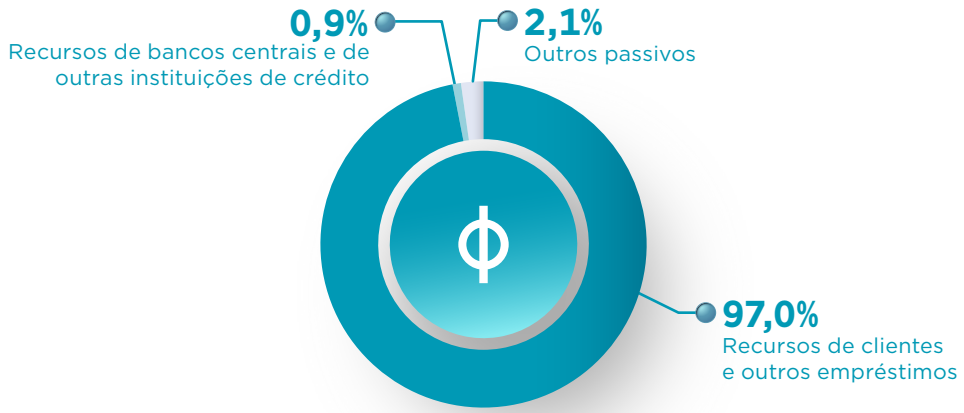
COMPOSIÇÃO DO BALANÇO – PASSIVO	31-12-2021	31-12-2020
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 422 950 424	1 523 970 797
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	83 714 792	14 098 064
Outros passivos	21 369 036	32 964 342
Total do Passivo	**1 528 034 252**	**1 571 033 203**

Em 31 de Dezembro de 2021, o passivo do ATLANTICO totalizou 1 528 034 252 milhares de kwanzas, representando um decréscimo de -2,7% face ao ano de 2020.

COMPOSIÇÃO DO BALANÇO – PASSIVO 2021



COMPOSIÇÃO DO BALANÇO – PASSIVO 2020



3.8.3.1.1. Activo

a) Disponibilidades

Em 2021, o balanço apresentou uma evolução favorável ao nível das disponibilidades do ATLANTICO, explicada pelo crescimento da actividade nos depósitos de Clientes e da transaccionalidade, bem como do resultado de compra de moeda estrangeira decorrente do processo da venda da carteira de títulos para cobertura dos limites da posição cambial.

(Milhares de kwanzas)

DISPONIBILIDADES	31-12-2021	31-12-2020	Δ ABS
CAIXA			
Em moeda nacional	16 333 740	18 255 642	(1 921 902)
Em moeda estrangeira	4 768 772	5 313 044	(544 272)
Total de caixa	**21 102 512**	**23 568 686**	**(2 466 174)**
DEPÓSITOS À ORDEM NO BNA			
Em moeda nacional	112 764 101	79 334 412	33 429 689
Em moeda estrangeira	211 104 784	119 208 215	91 896 569
Total de depósitos à ordem no BNA	**323 868 885**	**198 542 627**	**125 326 258**
Total de disponibilidades	**344 971 397**	**222 111 313**	**122 860 084**

b) Títulos de dívida

O ATLANTICO apresenta um *portfolio* de títulos, em Dezembro de 2021, num valor líquido de 369 305 246 milhares de kwanzas. A composição desta carteira é, primordialmente, em moeda estrangeira na proporção de 87%. Em 2021, a carteira de títulos foi reforçada com a aquisição de Eurobonds num valor nominal de 82 milhões de dólares no quadro da transformação do *mix* de activos e recuperação da rentabilidade dos activos em moeda externa.

O decréscimo de 7%, face a 2020, da carteira global de títulos expressa em kwanzas é derivado da apreciação da moeda nacional verificada ao longo de 2021, bem como pela venda da carteira de títulos indexados a moeda estrangeira.

(Milhares de kwanzas)

TÍTULOS DE DÍVIDA	31-12-2021	31-12-2020	Δ ABS	Δ %
Em moeda nacional	4 851 445	10 893 569	(6 042 124)	-55%
Em moeda estrangeira	319 084 405	291 800 883	27 283 522	9%
Indexados	45 369 396	93 660 506	(48 291 110)	-52%
Total de títulos de dívida	**369 305 246**	**396 354 958**	**(27 049 712)**	**-7%**

c) Crédito a Clientes

Em Dezembro de 2021, a carteira de crédito apresentou uma tendência decrescente na ordem de 11 362 751 milhares de kwanzas, representando um decréscimo de 2% face a Dezembro de 2020. Esta redução foi, essencialmente, impactada pelo crédito em moeda estrangeira na ordem de 13%, resultante do efeito cambial sobre as exposições denominadas em moeda externa, inversamente ao crédito em moeda nacional, que registou no mesmo período um aumento de 3%, fruto do apoio à economia no âmbito da concessão de crédito ao sector real, em linha com o aviso N.º 10/2020 do BNA.

(Milhares de kwanzas)

CRÉDITO	31-12-2021	31-12-2020	Δ ABS	Δ %
Em moeda nacional	433 366 034	422 565 398	10 800 637	3%
Em moeda estrangeira	154 952 490	177 115 877	(22 163 387)	-13%
Total	**588 318 524**	**599 681 275**	**(11 362 751)**	**-2%**

d) Aplicações em instituições de crédito

As operações de cedência de liquidez reduziram em 60%, comparativamente ao período homólogo, cifrando-se em 33 814 994 milhares de kwanzas face aos 83 591 141 milhares de kwanzas verificados em 2020. A redução do volume de aplicações decorre, por um lado, da maior exigência de liquidez em moeda nacional para fazer face ao cumprimento das reservas obrigatórias resultantes de direitos creditórios e, por outro lado, pela reorientação de recursos de moeda externa para investimento em Eurobonds. Adicionalmente, contribuiu para esta redução o efeito da apreciação da moeda nacional.

(Milhares de kwanzas)

APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	31-12-2021	31-12-2020	Δ ABS	Δ %
Em moeda nacional	4 720 002	33 804 191	(29 084 189)	-86%
Em moeda estrangeira	29 094 992	49 786 950	(20 691 958)	-42%
Total	**33 814 994**	**83 591 141**	**(49 776 147)**	**-60%**

e) Outros activos tangíveis

O activo tangível apresentou uma evolução de -22 507 999 milhares de kwanzas, equivalente a -20% comparativamente ao período homólogo, justificada essencialmente pela alienação de imóveis a um fundo de investimento imobiliário, bem como pelo efeito natural das amortizações destes activos. Em relação aos activos sob direito de uso, a redução é explicada pelo efeito de encerramento de pontos de atendimento.

(Milhares de kwanzas)

ACTIVOS TANGÍVEIS	31-12-2021	31-12-2020	Δ ABS	Δ %
Imóveis	45 761 843	64 600 613	(18 838 770)	-29%
Equipamento	7 957 505	10 059 280	(2 101 775)	-21%
Imobilizado em curso	26 324 925	26 343 251	(18 326)	0%
Outros activos tangíveis	16	354 314	(354 298)	-100%
Activos sob direito de uso	7 838 358	9 033 188	(1 194 830)	-13%
Total	**87 882 647**	**110 390 646**	**(22 507 999)**	**-20%**

f) Activos intangíveis

O contínuo investimento na transformação digital do ATLANTICO tem-se evidenciado ao longo dos anos, sendo que no período em análise observou-se um aumento de 1 181 124 milhares de kwanzas nesta área. Esta evolução está relacionada com a implementação, aquisição e manutenção de projectos de suporte à plataforma tecnológica do Banco.

(Milhares de kwanzas)

ACTIVOS INTANGÍVEIS	31-12-2021	31-12-2020	Δ ABS	Δ %
Sistemas de tratamento automático de dados	14 788 414	13 787 132	1 001 282	7%
Goodwill	-	-	-	0%
Imobilizado em curso	11 780	11 780	-	0%
Outros activos intangíveis	676 457	496 615	179 842	36%
Total	**15 476 651**	**14 295 527**	**1 181 124**	**8%**

3.8.3.1.2. Passivo

Em 31 de Dezembro de 2021, o passivo do ATLANTICO totalizou 1 528 034 252 milhares de kwanzas, representando um decréscimo de 42 998 951 milhares de kwanzas (-2,7%) face ao ano de 2020. Esta variação está associada ao impacto da apreciação da moeda nacional sobre os passivos denominados em moeda estrangeira, com destaque para os depósitos em moeda estrangeira que representam um peso de 52% da carteira de depósitos. O passivo do ATLANTICO é composto por 93% de depósitos de Clientes.

a) Recursos de Clientes e outros empréstimos

Os recursos totais de Clientes, em 31 de Dezembro de 2021, cifraram-se em 1 422 950 424 milhares de kwanzas face aos 1 523 970 797 milhares de kwanzas realizados no ano anterior, apresentando uma evolução desfavorável na ordem de 7%, equivalente a 1 422 950 424 milhares de kwanzas.

(Milhares de kwanzas)

DEPÓSITOS	31-12-2021	Peso	31-12-2020	Peso	Δ ABS	Δ %
Depósitos à ordem	587 278 088	41%	587 820 554	39%	542 466	0%
Depósitos a prazo	807 436 759	57%	936 150 243	61%	128 713 484	-14%
Outros depósitos	28 235 578	2%	-	0%	(28 235 578)	0%
Total	**1 422 950 424**	**100%**	**1 523 970 797**	**100%**	**101 020 372**	**-7%**

Desagregando a evolução por moeda, constatamos que o ATLANTICO teve um aumento da sua carteira de recursos em moeda nacional, resultante do objectivo comercial de captação de liquidez, tendo registado um incremento de 10%. No que concerne à evolução em moeda estrangeira, verificamos uma diminuição de 18%, influenciada em 78% pelo impacto cambial e 22% pela redução dos depósitos.

(Milhares de kwanzas)

RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	31-12-2021	31-12-2020	Δ ABS	Δ %
Em moeda nacional	684 301 818	623 268 534	61 033 284	10%
Em moeda estrangeira	738 648 607	900 702 264	(162 053 656)	-18%
Total	**1 422 950 424**	**1 523 970 797**	**(101 020 372)**	**-7%**

b) Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito

Os recursos do banco central e outras instituições de crédito registaram um crescimento de 69 616 728 milhares de kwanzas face a Dezembro de 2020, fixando-se em 83 714 792 milhares de kwanzas no final de 2021.

Não obstante o crescimento pontual verificado no final do ano, em termos médios, o ano de 2021 representou uma menor necessidade de recorrência às linhas de mercado monetário para suporte às operações.

(Milhares de kwanzas)

RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	31-12-2021	31-12-2020	Δ ABS	Δ %
Captações	**16 500 000**	**8 500 000**	**8 000 000**	**94%**
Em moeda nacional	16 500 000	8 500 000	8 000 000	94%
Em moeda estrangeira	-	-	-	-
Juros a pagar	75 277	53 983	21 294	39%
Operações similares	67 139 515	5 544 081	61 595 434	1 111%
Total	**83 714 792**	**14 098 064**	**69 616 728**	**494%**

3.8.3.2. Evolução da demonstração de resultados

(Milhares de kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31-12-2021	31-12-2020	Δ ABS	Δ %
Juros e rendimentos similares	89 219 004	105 884 041	(16 665 038)	-16%
Juros e encargos similares	(69 194 709)	(61 838 894)	(7 355 815)	12%
Margem financeira	**20 024 295**	**44 045 147**	**(24 020 852)**	**-55%**
Rendimentos de serviços e comissões	21 190 482	15 228 788	5 961 694	39%
Encargos com serviços e comissões	(4 882 041)	(3 447 768)	(1 434 273)	42%
Resultados de serviços e comissões	**16 308 441**	**11 781 020**	**4 527 421**	**38%**
Resultados de outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3 945 382	(5 505 166)	9 450 548	-
Resultados cambiais	18 853 715	(8 036 553)	26 890 268	-
Resultados de alienação de outros activos	4 603 592	53 288 581	(48 684 989)	-91%
Resultados de investimentos ao custo amortizado	4 254 411	12 528 340	(8 273 929)	-66%
Outros resultados de exploração	(8 758 842)	(6 888 508)	(1 870 334)	27%
Resultados de operações financeiras	**22 898 258**	**45 386 694**	**(22 488 436)**	**-50%**
Produto da actividade bancária	**59 230 994**	**101 212 861**	**(41 981 867)**	**-41%**
Custos com pessoal	(26 783 597)	(23 317 752)	(3 465 845)	15%
Fornecimentos e serviços de terceiros	(18 450 955)	(17 048 086)	(1 402 869)	8%
Depreciações e amortizações do exercício	(11 038 885)	(10 887 291)	(151 595)	1%
Provisões e imparidade para outros activos	(10 817 104)	(10 691 874)	(125 230)	1%
Imparidade para activos financeiros ao custo amortizado	11 036 040	(48 244 798)	59 280 838	-
Imparidade para outros activos financeiros	13 283	(24 290)	37 573	-
Imparidade para activos financeiros ao outro rendimento integral	261 314	71 145	190 169	267%
Resultados antes de impostos de operações de continuação	**3 451 090**	**(8 930 085)**	**12 381 174**	**-139%**
Impostos sobre os resultados	**(22 722)**	**1 151 185**	**(1 173 907)**	**-102%**
Impostos diferidos	(22 722)	1 151 185	(1 173 907)	-102%
Resultado líquido individual do exercício	**3 428 368**	**(7 778 900)**	**11 207 268**	**-**

a) Margem financeira

A margem financeira situou-se em 20 024 295 milhares de kwanzas no final do ano de 2021, tendo registado um decréscimo face ao período homólogo de 24 020 852 milhares de kwanzas, equivalente a -55%. Esta redução deveu-se, essencialmente, à combinação dos seguintes efeitos:

1. Redução de proveitos com juros de títulos na ordem de 13 641 297 milhares de kwanzas, resultante da alienação da carteira, bem como o impacto da apreciação da moeda nacional face à estrutura da carteira do Banco, composta maioritariamente por títulos em moeda estrangeira e indexados.

2. Aumento dos encargos com juros de depósitos na ordem de 13 150 102 milhares de kwanzas, resultante do aumento do volume de depósitos aplicados, bem como do aumento das taxas de juros de remuneração destes depósitos em resultado de uma política monetária mais restritiva.

Estes efeitos negativos na margem financeira foram atenuados pela redução dos custos de captação de liquidez no mercado, na ordem de 5 181 715 milhares de kwanzas (-52%) comparativamente ao ano de 2020, influenciado pelo aumento da base de depósitos em moeda nacional.

(Milhares de kwanzas)

MARGEM FINANCEIRA	31-12-2021	31-12-2020	Δ ABS	Δ %
Juros e rendimentos similares	**89 219 004**	**105 884 041**	**(16 665 037)**	**-16%**
Juros de crédito a clientes	65 735 388	66 980 206	(1 244 818)	-2%
Juros de títulos de dívida	22 962 534	36 603 831	(13 641 297)	-37%
Juros de aplicações em instituições de crédito	183 576	10 257	173 319	1 690%
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	337 506	2 289 747	(1 952 241)	-85%
Juros e encargos similares	**69 194 709**	**61 838 894**	**7 355 815**	**12%**
Juros de recursos de clientes	62 199 781	49 049 679	13 150 102	27%
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	4 815 061	9 996 776	(5 181 715)	-52%
Juros de locação	2 179 867	2 792 439	(612 572)	-22%
Margem financeira	**20 024 295**	**44 045 147**	**(24 020 852)**	**-55%**

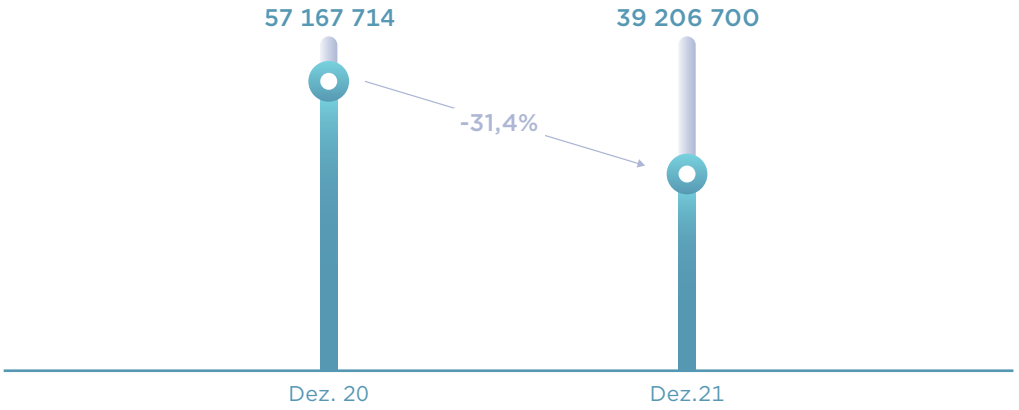
b) Margem Complementar

A margem complementar situou-se em 39 206 700 milhares de kwanzas em Dezembro de 2021, representando uma evolução desfavorável de -17 961 014 milhares de kwanzas (-31%) face aos 57 167 714 milhares de kwanzas apurados no final de 2020, justificada pelo forte impacto dos eventos não recorrentes resultantes da alienação de imóveis recebidos em dação ou descontinuados pelo Banco. Em 2021, o volume destas transacções foi inferior ao verificado em 2020.

Atenuaram o impacto da queda da margem complementar os seguintes eventos:

- Aumento do comissionamento líquido em 4 527 421 milhares de kwanzas;
- Aumento dos resultados cambiais em 26 890 268 milhares de kwanzas.

EVOLUÇÃO DA MARGEM COMPLEMENTAR (MILHARES DE KWANZAS)



c) Resultados de serviços e comissões

O resultado de serviços e comissões líquidos de encargos cifrou-se em 16 308 441 milhares de kwanzas no ano de 2021, representando um crescimento de 38% quando comparado com o período homólogo. O desempenho favorável das comissões líquidas, na ordem de 4 527 421 milhares de kwanzas (+38%), foi impulsionado pelo aumento das comissões de operações electrónicas, comissão de levantamento, comissão de crédito e pelo aumento da comissão de oferta integrada.

(Milhares de kwanzas)

RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	31-12-2021	31-12-2020	Δ ABS	Δ %
Rendimento de serviços e comissões	**21 190 482**	**15 228 788**	**5 961 694**	**39%**
Operações electrónicas	7 236 174	3 881 666	3 354 508	86%
Comissões VISA	3 829 954	3 140 997	688 957	22%
Transferências emitidas/ recebidas	3 228 818	2 897 401	331 417	11%
Manutenção de conta de depósito à ordem	1 098 788	1 023 988	74 800	7%
Prestação de garantias	1 054 897	640 240	414 657	65%
Custódia e transacções em mercado	922 888	571 408	351 480	62%
Abertura de linhas de crédito/ renovações e manutenção	836 653	751 031	85 622	11%
Abertura de créditos documentários	764 961	903 124	(138 163)	-15%
Estruturação de operações e assessoria financeira	135 478	222 157	(86 679)	-39%
Levantamentos	126 739	111 780	14 959	13%
Outras comissões	1 955 132	1 084 996	870 136	80%
Encargos com serviços e comissões	**4 882 041**	**3 447 768**	**1 434 273**	**42%**
Resultados de serviços e comissões	**16 308 441**	**11 781 020**	**4 527 421**	**38%**

d) Custos operacionais

Os custos operacionais cifraram-se em 56 273 438 milhares de kwanzas, representando um aumento de 10%, comparativamente a Dezembro de 2020.

O incremento está relacionado com o crescimento dos encargos com pessoal em 3 465 845 milhares de kwanzas (+15%), fornecimento e serviços de terceiros em 1 402 870 milhares de kwanzas (+8%) e amortizações em 151 595 milhares de kwanzas (+1%).

(Milhares de kwanzas)

CUSTOS OPERACIONAIS	31-12-2021	31-12-2020	Δ ABS	Δ %
Remunerações	14 949 359	11 953 005	2 996 354	25%
Subsídios	4 144 487	3 657 065	487 422	13%
Outros encargos	7 689 751	7 707 682	(17 931)	0%
Custos com pessoal	**26 783 597**	**23 317 752**	**3 465 845**	**15%**
Comunicações	5 573 127	4 634 384	938 743	20%
Água, energia, combustíveis e lubrificantes	303 170	335 659	(32 490)	-10%
Materiais diversos	1 352 833	1 298 321	54 512	4%
Fornecimentos de terceiros	**7 229 130**	**6 268 364**	**960 766**	**15%**
Auditoria, consultoria e outros serviços especiais	6 390 729	4 790 841	1 599 888	33%
Segurança, conservação e reparação	3 016 668	3 454 011	(437 342)	-13%
Transporte, deslocações e alojamento	983 484	944 001	39 484	4%
Seguros	457 886	542 215	(84 329)	-16%
Publicações, publicidades e propaganda	257 507	328 067	(70 560)	-22%
Rendas e alugueres	77 861	66 596	11 265	17%
Outros	37 690	653 992	(616 302)	-94%
Serviços de terceiros	**11 221 825**	**10 779 722**	**442 104**	**4%**
Fornecimentos e serviços de terceiros	**18 450 955**	**17 048 086**	**1 402 870**	**8%**
Depreciações e amortizações do exercício	11 038 885	10 887 291	151 595	1%
Total	**56 273 438**	**51 253 128**	**5 020 310**	**10%**

i) Custo com pessoal

Os encargos com pessoal cresceram em decorrência do processo de revisão salarial para atenuar os efeitos da evolução dos preços na vida dos Colaboradores.

ii) Fornecimentos e serviços de terceiros

As despesas com o fornecimento e serviços de terceiros cresceram 8% em resultado do aumento da actividade comercial do Banco ao nível do negócio electrónico, bem como ao nível dos serviços especializados e de consultoria.

iii) Depreciações e amortizações do exercício

Os custos com depreciações e amortizações mantiveram um comportamento similar ao período homólogo, com uma variação pouco expressiva no conjunto.